



PORTUGAL TELECOM

Relatório e Contas Individuais

2014

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Relatório e Contas Individuais

2014

| | |
|--|----|
| RELATÓRIO DE GESTÃO | 3 |
| INTRODUÇÃO | 3 |
| SÍNTESE DA ATIVIDADE | 4 |
| INFORMAÇÕES LEGAIS | 4 |
| EVENTOS DO EXERCÍCIO E DESENVOLVIMENTOS RECENTES | 4 |
| PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS | 5 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 7 |
| PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS | 69 |
| INFORMAÇÃO A PRESTAR NOS TERMOS DO ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS | 73 |
| | |
| RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA | |
| CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS | |
| RELATÓRIO DE AUDITORIA | |

1. Relatório de Gestão

Introdução

Em 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom SGPS S.A. (“PT SGPS”) subscreveu e realizou um aumento de capital da Oi através da contribuição em espécie dos Ativos PT, os quais consistiram na totalidade dos negócios do Grupo PT SGPS naquela data, com exceção das subsidiárias Bratel BV (“Bratel”), Bratel Brasil (“Bratel Brasil”), S.A., PTB2, S.A. (“PTB2”) e Marnaz, S.A. (“Marnaz”) e dos investimentos na Oi, na Contax Participações, S.A. (“Contax”) e nos seus acionistas controladores. Em resultado da contribuição para o aumento de capital da Oi em 5 de maio de 2014:

- A PT SGPS aumentou a sua participação efetiva na Oi de 23,2%, anteriormente detida através da Bratel Brasil, para uma participação efetiva de 39,7% detida através de uma participação direta total de 35,8% (32,8% pela PT SGPS e 3,0% pela Bratel Brasil) e de uma participação indireta de 3,9% detida através dos acionistas controladores da Oi.
- Em resultado de todas as transações que foram necessárias implementar no âmbito da contribuição dos Ativos PT conforme descrito em detalhe no capítulo 4 no aumento de capital da Oi e do reduzido valor contabilístico de alguns desses ativos na demonstração consolidada da sua posição financeira, a PT SGPS registou um ganho de aproximadamente 699 milhões de euros (incluído em resultados de operações descontinuadas) no âmbito do aumento de capital da Oi, o qual reflete essencialmente (1) a diferença entre o justo valor das ações que a PT SGPS recebeu pela subscrição do aumento de capital da Oi (1.854 milhões de euros) e o valor contabilístico dos Ativos PT (negativo em 2.676 milhões de euros) entregues a título de contribuição em espécie para esse aumento de capital, a qual foi parcialmente compensada pelo (2) efeito de diluição no investimento anteriormente detido na Oi através da Bratel Brasil, uma vez que esta última não participou direta ou indiretamente no aumento de capital, e pelo efeito de remensuração desse mesmo investimento na Oi para o justo valor implícito no aumento de capital.
- Os resultados de todos os negócios que foram contribuídos no aumento de capital da Oi foram apresentados como operações descontinuadas e, conseqüentemente, as demonstrações consolidadas dos resultados e dos fluxos de caixa para o exercício de 2013 foram reexpressas.

Incluídos nos Ativos PT contribuídos pela PT SGPS para o aumento de capital da Oi contavam-se investimentos de curto prazo em papel comercial da Rio Forte, detidos pelas suas ex-subsidiárias PT Portugal e PTFinance no valor de 897 milhões de euros (ver Capítulo 4), tendo em 15 e 17 de julho de 2014 ocorrido o vencimento dos referidos instrumentos, sem que a emitente tenha liquidado as suas obrigações.

No seguimento dos eventos acima referidos, em 28 de julho a PT SGPS e a Oi anunciaram que tinham chegado a acordo sobre os termos definitivos dos principais contratos a celebrar na sequência do novo Memorando de Entendimentos anunciado em 16 de julho de 2014. Dentro deste acordo, destacava-se que a PT SGPS iria permutar (“Permuta”) com a Oi os Instrumentos Rio Forte no montante de 897 milhões de euros, em contrapartida de 474.348.720 ações ON acrescidas de 948.697.440 ações PN da Oi (“Ações da Oi Objeto da Permuta”) – ajustando pelo efeito do agrupamento das ações da Oi (reverse stock split) a 22 de dezembro de 2014, tal corresponde a 47.434.872 ações ON, e 94.869.744 ações PN - assim como seria atribuída à PT SGPS uma opção de compra não transferível de tipo Americano (“Opção de Compra”) para readquirir as Ações da Oi Objeto da Permuta (com o preço de exercício de 2,0104 reais para ações ON e 1,8529

reais para ações PN) – ajustando pelo efeito do agrupamento das ações da Oi, corresponde a 20,104 reais para ações ON e 18,529 reais para ações PN, a qual seria ajustada pela taxa brasileira CDI acrescida de 1,5% por ano. Esta permuta viria a ser concretizada a 30 de março de 2015.

O investimento na Oi, na componente que não será objeto de permuta (22,8%), está classificado de acordo com a NCRF 13 como empreendimento conjunto, registado de acordo com o método de equivalência patrimonial. A remanescente participação (16,9%) encontra-se classificado como ativo não corrente detido para venda.

Síntese da atividade

Para além da sua atividade de gestão de participações sociais noutras sociedades, a Empresa não desenvolveu qualquer atividade operacional direta.

Informações legais

Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado Português e à Segurança Social.

Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar significativos em termos económicos por qualquer das partes envolvidas, entre a Empresa e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, com exceção daqueles mencionados na Nota 41 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014.

Eventos do exercício e desenvolvimentos recentes

Os principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e desenvolvimentos recentes encontram-se descritos no relatório consolidado da Portugal Telecom, SGPS, S.A., para o qual nos permitimos remeter os senhores Acionistas.

Proposta de aplicação de resultados

Considerando que:

- A) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apurou-se, um resultado líquido negativo no montante de 175.082.979 Euros;

Propõe-se que seja deliberado que:

- 1) O resultado líquido negativo do exercício, no montante de 175.082.979 Euros, seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

Lisboa, 30 de abril de 2015

João Manuel de Mello Franco, Presidente do Conselho de Administração

Alfredo José Silva de Oliveira Baptista, Administrador

Eurico de Jesus Teles Neto, Administrador

Francisco Ravara Cary, Administrador

Gerald Stephen McGowan, Administrador

João Manuel Pisco de Castro, Administrador

Jorge Freire Cardoso, Administrador

José Guilherme Xavier de Basto, Administrador

Marco Norci Schroeder, Administrador

Maria Helena Nazaré, Administradora

Mário João de Matos Gomes, Administrador

Milton Almicar Silva Vargas, Administrador

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos, Administrador

Rafael Luís Mora Funes, Administrador

Rolando António Durão Ferreira de Oliveira, Administrador

Shakhaf Wine, Administrador

Demonstrações financeiras

ÍNDICE

Balanço

Demonstração dos resultados

Demonstração das alterações no capital próprio

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo às demonstrações financeiras

1. Nota introdutória
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros
6. Ativos fixos tangíveis
7. Participações financeiras
8. Partes relacionadas
9. Outros ativos financeiros
10. Imposto sobre o rendimento
11. Estado e outros entes públicos
12. Outras contas a receber
13. Diferimentos
14. Capital próprio
15. Provisões
16. Financiamentos obtidos
17. Fornecedores
18. Credores por acréscimos de gastos
19. Ganhos/(perdas) em empresas participadas
20. Fornecimentos e serviços externos
21. Gastos com o pessoal
22. Aumentos/(reduções) de justo valor
23. Outros rendimentos e ganhos
24. Outros gastos e perdas
25. Juros e rendimentos/gastos similares
26. Resultado líquido por ação
27. Garantias
28. Acionistas com participações qualificadas
29. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.**BALANÇO****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

| | Notas | 2014 | euros 2013 |
|--|-------|----------------------|-----------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 6 | 119.610 | 1.433.501 |
| Participações financeiras - método da equivalência patrimonial | 7.1 | 723.674.824 | 7.750.550.532 |
| Participações financeiras - outros métodos | | - | 6.234 |
| Saldos com empresas do Grupo | 8 | - | 1.806.200.000 |
| Outros ativos financeiros | 9 | 3.440 | 729 |
| Ativos por impostos diferidos | 10 | - | 211.478.644 |
| Total do ativo não corrente | | 723.797.874 | 9.769.669.640 |
| Ativo corrente | | | |
| Adiantamentos a fornecedores | | 15.612 | 652 |
| Estado e outros entes públicos | 11 | 2.358 | 50.194.165 |
| Saldos com empresas do Grupo | 8 | 114.903 | 573.941.578 |
| Outras contas a receber | 12 | 106.533 | 46.381.224 |
| Diferimentos | 13 | 4.416 | 17.626.503 |
| Outros ativos financeiros | 9 | - | 200.000.000 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 7.2 | 388.380.655 | 1.850.426 |
| Caixa e depósitos bancários | 4.(h) | 105.815.419 | 541.962.115 |
| Total do ativo corrente | | 494.439.896 | 1.431.956.663 |
| Total do ativo | | 1.218.237.770 | 11.201.626.303 |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| Capital realizado | 14 | 26.895.375 | 26.895.375 |
| Ações próprias | 14 | (178.071.826) | (337.520.916) |
| Reserva legal | 14 | 6.773.139 | 6.773.139 |
| Outras reservas | 14 | 290.251.390 | 156.181.554 |
| Ajustamentos em ativos financeiros | 14 | (1.399.158.917) | (1.078.595.740) |
| Resultados transitados | | 2.580.894.821 | 2.437.333.996 |
| Resultado líquido | | (175.082.979) | 341.808.031 |
| Total do capital próprio | | 1.152.501.003 | 1.552.875.439 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Financiamentos obtidos | 16 | 49.523 | 2.245.301.980 |
| Diferimentos | 13 | - | 5.822.078.184 |
| Passivos por impostos diferidos | 10 | - | 14.596.658 |
| Outros passivos não financeiros | | - | 68.594 |
| Total do passivo não corrente | | 49.523 | 8.082.045.416 |
| Passivo corrente | | | |
| Provisões | 15 | 27.186.177 | 55.717.696 |
| Financiamentos obtidos | 16 | 54.084 | 1.428.453.163 |
| Diferimentos | | - | 227.490 |
| Saldos com empresas do Grupo | 8 | 938.715 | 24.901.171 |
| Fornecedores | 17 | 984.563 | 7.839.378 |
| Fornecedores de investimento | | 17.651 | - |
| Credores por acréscimos de gastos | 18 | 23.435.460 | 48.034.134 |
| Estado e outros entes públicos | 11 | 5.024.266 | 1.510.270 |
| Outras contas a pagar | 8 | 8.046.328 | 22.146 |
| Total do passivo corrente | | 65.687.244 | 1.566.705.448 |
| Total do passivo | | 65.736.767 | 9.648.750.864 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 1.218.237.770 | 11.201.626.303 |

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

| | | euros | |
|--|-------|----------------------|--------------------|
| | Notas | 2014 | 2013 |
| Ganhos/(perdas) em empresas participadas | 19 | 430.649.496 | 395.004.230 |
| Fornecimentos e serviços externos | 20 | (24.177.974) | (3.922.955) |
| Gastos com o pessoal | 21 | 10.934.665 | (11.927.717) |
| Impostos indiretos | | (6.371.152) | (2.934.374) |
| Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões) | | 320.271 | (273.944) |
| Provisões ((aumentos)/reduções) | 15 | 25.327.065 | (15.499.181) |
| Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis ((perdas)/reversões) | | (6.235) | - |
| Aumentos/(reduções) de justo valor | 22 | (361.986.307) | (825.588) |
| Outros rendimentos e ganhos | 23 | 2.076.103 | 4.407.915 |
| Outros gastos e perdas | 24 | (8.533.374) | (18.527.976) |
| RESULTADO ANTES DE DEPRECIÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS | | 68.232.558 | 345.500.410 |
| Depreciações e amortizações ((gastos)/reversões) | 6 | (92.348) | (237.289) |
| RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS) | | 68.140.210 | 345.263.121 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 25 | 62.810.064 | 153.456.720 |
| Juros e gastos similares suportados | 25 | (112.587.558) | (195.677.192) |
| RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS | | 18.362.716 | 303.042.649 |
| Imposto sobre o rendimento | 10 | (193.445.695) | 38.765.382 |
| RESULTADO LÍQUIDO | | (175.082.979) | 341.808.031 |
| Resultado líquido por ação básico | 26 | -0,20 | 0,40 |
| Resultado líquido por ação diluído | 26 | -0,20 | 0,40 |

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

| | euros | | | | | | | |
|--|----------------------|-------------------|----------------------|--------------------|---------------------------------------|---------------------------|----------------------|--------------------------------|
| | Capital realizado | Ações próprias | Reserva legal | Outras reservas | Ajustamentos em ativos financeiros | Resultados transitados | Resultado líquido | Total do capital próprio |
| Posição em 1 de janeiro de 2013 | A | 26.895.375 | (337.520.916) | 6.773.139 | 153.287.638 | (416.230.154) | 2.543.059.287 | 2.202.290.516 |
| Alterações no exercício: | | | | | | | | |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | - | - | - | - | (541.474.006) | (54.506.188) | - | (595.980.194) |
| Lucros não atribuídos | - | - | - | - | (3.810.727) | 3.810.727 | - | - |
| Transferência para resultados transitados | - | - | - | - | (1.934.485) | 1.934.485 | - | - |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | - | - | - | 2.893.095 | (16.146.368) | (371.266) | - | (112.623.718) |
| Resultado líquido | B | - | - | 2.893.916 | (662.365.586) | (49.132.242) | 341.808.031 | 341.808.031 |
| Resultado integral | B+C | - | - | - | - | - | - | (366.795.881) |
| Operações com detentores de capital: | | | | | | | | |
| Aplicação dos resultados do ano anterior (Nota 14.6) | - | - | - | - | - | (5.858.147) | (226.026.147) | (277.884.294) |
| Imposto sobre o rendimento relativo a dividendos de ações próprias | - | - | - | - | - | (4.734.902) | - | (4.734.902) |
| Posição em 31 de dezembro de 2013 | E=A+B+C+D | 26.895.375 | (337.520.916) | 6.773.139 | 156.181.554 | (1.078.595.740) | 341.808.031 | 1.552.875.439 |
| Alterações no exercício: | | | | | | | | |
| Diferenças de conversão de demonstrações financeiras | - | - | - | - | 180.718.523 | - | - | 180.718.523 |
| Lucros não atribuídos | - | - | - | - | (5.474.880) | 5.474.880 | - | - |
| Transferências para resultados transitados | - | - | - | (44.001.990) | (15.858.051) | 59.860.041 | - | - |
| Ajustamentos de conversão cambial reciclados por resultado líquido | - | - | - | - | (699.696) | - | - | (699.696) |
| Constituição de reservas para aplicação em ações próprias | - | - | - | 178.071.826 | - | (178.071.826) | - | - |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | - | 159.449.090 | - | - | (479.249.073) | - | - | (319.799.983) |
| Resultado líquido | F | - | 159.449.090 | - | 134.069.836 | (320.563.177) | (112.736.905) | (139.781.156) |
| Resultado integral | G | - | - | - | - | - | (175.082.979) | (175.082.979) |
| Operações com detentores de capital: | F+G | - | 159.449.090 | - | 134.069.836 | (320.563.177) | (112.736.905) | (319.781.156) |
| Aplicação dos resultados do ano anterior (Nota 14.6) | - | - | - | - | - | 256.297.730 | (341.808.031) | (85.510.301) |
| Posição em 31 de dezembro de 2014 | E+F+G+H | 26.895.375 | (178.071.826) | 6.773.139 | 290.251.390 | (1.399.158.917) | 2.580.894.821 | 1.152.501.003 |

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

| | | euros | |
|--|-------|-------------------------|------------------------|
| | Notas | 2014 | 2013 |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Pagamentos a fornecedores | | (10.504.454) | (5.314.634) |
| Pagamentos ao pessoal | | (12.194.814) | (7.885.179) |
| | | (22.699.268) | (13.199.813) |
| Recebimentos de imposto sobre o rendimento | 4.(a) | 42.370.148 | 108.731.671 |
| Outros recebimentos (pagamentos) líquidos | | 1.405.330 | (2.869.175) |
| Fluxos das atividades operacionais (1) | | 21.076.209 | 92.662.683 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Aplicações financeiras de curto prazo | 4.(b) | 200.000.000 | - |
| Investimentos financeiros | 4.(c) | 4.929.456.713 | 4.302.492.836 |
| Empréstimos concedidos | 4.(d) | 2.945.783.124 | 109.410 |
| Juros e rendimentos similares | | 113.440.176 | 112.862.199 |
| Dividendos | 4.(e) | 22.364.196 | 50.413.848 |
| Ativos fixos tangíveis | | 985.069 | 45.070 |
| | | 8.212.029.277 | 4.465.923.363 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Aplicações financeiras de curto prazo | 4.(b) | - | (200.000.000) |
| Investimentos financeiros | 4.(f) | (4.195.000.000) | (3.995.078.869) |
| Empréstimos concedidos | 4.(d) | (636.095.638) | (1.217.078.892) |
| | | (4.831.095.638) | (5.412.157.761) |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | | 3.380.933.639 | (946.234.398) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | 4.(g) | 10.177.250.000 | 10.225.000.000 |
| | | 10.177.250.000 | 10.225.000.000 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | 4.(g) | (13.848.735.137) | (8.654.564.399) |
| Dividendos | 14.6 | (87.587.250) | (284.658.563) |
| Juros e gastos similares | | (78.770.850) | (153.024.562) |
| | | (14.015.093.238) | (9.092.247.524) |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | | (3.837.843.238) | 1.132.752.476 |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3) | | (435.833.390) | 279.180.761 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | (313.307) | (1.233.243) |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | | 541.962.115 | 264.014.597 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 4.(h) | 105.815.419 | 541.962.115 |

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

a) Identificação da Empresa

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("PT SGPS" ou "Empresa") foi constituída em 23 de junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, por fusão das empresas Telecom Portugal, S.A., Telefones de Lisboa e Porto (TLP), S.A. ("TLP") e Teledifusora de Portugal, S.A. ("TDP"), com referência a 1 de janeiro de 1994. Em resultado do processo de privatização iniciado em 1 de junho de 1995 e terminado em 4 de dezembro de 2000, o capital da PT SGPS é detido maioritariamente por acionistas privados. Em 12 de dezembro de 2000, a Portugal Telecom, S.A. alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, S.A., tendo modificado o seu objeto social para sociedade gestora de participações sociais.

b) Aumento de capital da Oi

Em 5 de maio de 2014, a Oi, S.A. ("Oi") realizou um aumento de capital no montante total de 13.960 milhões de reais, composto por: (1) 5.710 milhões de reais (1.750 milhões de euros ao câmbio de 21 de fevereiro de 2014) correspondentes a 1.045.803.934 ações ordinárias e a 1.720.252.731 ações preferenciais subscritas pela PT SGPS através da contribuição em espécie dos Ativos PT, definidos como a participação de 100% da Empresa na PT Portugal, SGPS, S.A. ("PT Portugal"), a qual, àquela data, incluía todos os negócios operacionais do Grupo Portugal Telecom, com exceção das empresas subsidiárias Bratel BV, Bratel Brasil, S.A., PTB2, S.A. e Marnaz, S.A. e dos investimentos na Oi, Contax e seus acionistas controladores; e (2) 8.250 milhões de reais em recursos de caixa obtidos por outros investidores que não a PT SGPS. A valorização dos Ativos PT em 5.710 milhões de reais foi determinada com base na avaliação da PT Portugal realizada pelo Banco Santander (Brasil), SA na data do aumento do capital social. Em resultado da contribuição da PT SGPS para o aumento de capital da Oi:

- A PT SGPS aumentou a sua participação efetiva na Oi de 23,2%, detida anteriormente pela Bratel Brasil, para uma participação efetiva de 39,7%, detida através de participações diretas no total de 35,8% (32,8% na PT SGPS e 3,0% na Bratel Brasil) e de uma participação indireta de 3,9% detida pela Bratel Brasil através dos acionistas controladores da Oi;
- Em 31 de dezembro de 2014 e atualmente, a PT SGPS detém apenas o investimento na Oi acima referido, participações nos acionistas controladores da Oi (os quais detêm essencialmente apenas ações da Oi) e, direta ou indiretamente, 100% das empresas holding Bratel BV, Bratel Brasil, PTB2 e Marnaz.

Até 5 de maio de 2014, a PT SGPS e as suas empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos operavam nos setores de telecomunicações e multimédia, em Portugal, no Brasil e em outros países de África e da Ásia.

c) Aquisição inicial do investimento na Oi

Em 28 de março de 2011, a PT SGPS concluiu o processo de aquisição inicial dos investimentos na Telemar Norte Leste, S.A. ("Telemar"), pertencente ao Grupo Oi, e na Contax, S.A. ("Contax"), por um montante total de 8.437 milhões de Reais, e celebrou vários acordos com os acionistas controladores destas empresas. Em resultado desta operação, a PT SGPS adquiriu uma participação efetiva de 25,3% na Telemar (empresa-mãe do Grupo Oi naquela data) e de 14,1% na Contax. No âmbito desta aquisição, a PT SGPS, a AG Telecom Participações ("AG") e LF Tel, SA ("LF"), dois dos principais acionistas da Telemar Participações, acionista controlador da Oi, celebraram um acordo de acionistas que contém mecanismos de votação unânime pelos seus representantes no Conselho de Administração da Telemar Participações sobre as decisões estratégicas financeiras e operacionais relacionadas com a atividade do Grupo Oi. Consequentemente, de acordo com os termos da NCRF 13 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas ("NCRF 13"), a Empresa concluiu que partilha contratualmente o controlo da Telemar Participações, pelo que o investimento na Oi foi classificado como empreendimento conjunto e desta forma reconhecido de acordo com o método de equivalência patrimonial.

d) Transações societárias realizadas no âmbito do aumento de capital da Oi

Em 1 de outubro de 2013, a PT SGPS, a Oi, a AG, a LF, a Bratel Brasil, a Pasa Participações S.A. ("Pasa"), a EDSP 75 Participações ("EDSP75") (que conjuntamente com a Tmarpart são denominadas como "Holdings da Oi"), o Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") e a Nivalis Holding B.V. ("RS Holding") assinaram um acordo de intenções que definia os princípios essenciais para uma proposta de fusão entre a PT SGPS, a Oi e as Holdings da Oi (a "Combinação de Negócios"), com vista a constituírem uma única e integrada sociedade cotada brasileira.

Em 19 de fevereiro de 2014, a PT SGPS e a Oi assinaram os instrumentos contratuais definitivos relacionados com a Combinação de Negócios entre as partes. Estes documentos definiam e regulavam as etapas necessárias para a conclusão desta Combinação de Negócios, que incluíam as principais transações descritas abaixo, algumas das quais foram entretanto concluídas:

- Em 5 de maio de 2014, a Oi concretizou um aumento de capital com a emissão total de 2.142.279.524 ações ordinárias ao preço de 2,17 Reais por ação e 4.284.559.049 ações preferenciais ao preço de 2,00 Reais por ação, e, nessa mesma data, o BTG Pactual, na qualidade de Agente Estabilizador da Oferta Pública e nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, exerceu parcialmente a opção de colocar mais 120.265.046 ações ordinárias e 240.530.092 ações preferenciais de emissão pela Oi; o montante total do aumento de capital, incluindo a opção exercida pelo BTG Pactual, ascendeu a 13.960 milhões de reais, composto por (1) 5.710 milhões de reais (1.750 milhões de euros ao câmbio de 21 de fevereiro de 2014) realizados em ativos contribuídos pela PT SGPS, tendo por base a avaliação dos Ativos PT feita pelo Banco Santander (Brasil), S.A., tendo a PT SGPS subscrito 1.045.803.934 ações ordinárias e 1.720.252.731 ações preferenciais emitidas pela Oi, e (2) 8.250 milhões de reais em dinheiro obtido de outros investidores, os quais subscreveram as remanescentes 1.216.740.636 ações ordinárias e 2.804.836.410 ações preferenciais emitidas pela Oi; a participação da PT SGPS no aumento de capital da Oi, realizada através da contribuição de todos os ativos operacionais direta ou indiretamente detidos

pelo Grupo PT SGPS e das correspondentes responsabilidades, com exceção das ações da Oi, da Contax, da Bratel BV (Ativos PT), pelo valor de 5.710 milhões de reais (1.750 milhões de euros), foi aprovada por uma maioria de 99,87% dos votos presentes em Assembleia Geral de acionistas da PT SGPS realizada em 27 de março de 2014.

- Em 5 de maio de 2014, a PT SGPS, através das suas subsidiárias Bratel Brasil e PTB2, subscreveu 4.788 milhões de reais (1.555 milhões de euros ao câmbio de 5 de maio de 2014) de obrigações convertíveis em ações de determinadas empresas que controlavam direta ou indiretamente a AG e a LF, montante que no final foi utilizado pela AG e pela LF para reembolsar a sua dívida e para subscrever obrigações convertíveis a serem emitidas pela TmarPart, a qual, por sua vez, também utilizou esses recursos para reembolsar a sua própria dívida; também em 5 de maio de 2014, a PT SGPS trocou as suas participações na CTX e na Contax por uma participação adicional nas empresas que controlavam direta ou indiretamente a AG e a LF, as quais nessa data detinham apenas ações da Oi e da TmarPart; em resultado destas transações, a PT SGPS aumentou a participação económica na AG e na LF de 35% para 85,1% e na TmarPart de 25,6% para 68,4%, tendo desta forma obtido indiretamente uma participação adicional na Oi de 2,4%.
- Pendente da aprovação dos titulares de ações ordinárias da Oi e da TmarPart, as ações da Oi não detidas pela TmarPart seriam trocadas por ações ordinárias da TmarPart e a Oi tornar-se-ia uma subsidiária integral da TmarPart.

Uma das etapas necessárias para implementar a combinação de negócios consistia no aumento de capital realizado pela Oi, S.A. em 5 de maio de 2014, conforme explicado acima. No âmbito deste aumento de capital, a PT SGPS iniciou no final de 2013 um processo de reestruturação das suas participações financeiras visando concentrá-las de forma direta ou indireta na PT Portugal. Com este objetivo, a PT SGPS e a PT Portugal realizaram as seguintes transações societárias antes do aumento de capital da Oi:

- Em 31 de março de 2014, a PT SGPS vendeu à PT Portugal, pelos montantes de 4,7 milhões de euros, 2,7 milhões de euros e 1,5 milhões de euros (Notas 4 e 7), as participações de 100% nas empresas Portugal Telecom Investimentos, PT Brasil e PT Centro Corporativo, respetivamente.
- Em 30 de abril de 2014, a PT Móveis, SGPS, SA (“PT Móveis”) , uma empresa detida a 100% indiretamente pela PT Portugal, subscreveu um aumento de capital da Bratel BV, no montante de, aproximadamente, 1.303 milhões de euros.
- Em 2 de maio de 2014, a PT SGPS adquiriu à PT Móveis, por um montante total de 4.195 milhões de euros (Notas 4 e 7), a participação de 100% na Bratel BV, entidade que detinha indiretamente, através da Bratel Brasil, o investimento na Oi, uma vez que este investimento não fazia parte dos activos líquidos a serem transferidos para a Oi no aumento de capital.
- Em 2 de maio de 2014, a PT SGPS alienou à PT Móveis, pelo montante total de 2.240 milhões de euros (Nota 7), a sua participação de 100% na PT Participações, SGPS, S.A. (“PT Participações”), a empresa que detinha indiretamente a participação de 75% do Grupo na Africatel Holdings BV, a qual por sua vez detinha direta ou indiretamente os negócios do Grupo em África. Adicionalmente, em dezembro de 2013, a PT Participações, indiretamente através da Africatel GmbH, tinha adquirido à PT SGPS a participação de 75% na Africatel Holdings BV pelo montante de 1.791 milhões de euros,

tendo as partes acordado em 2014 corrigir o preço de venda para 1.141 milhões de euros, uma redução de 650 milhões de euros cujo valor foi abatido ao preço de venda da PT Participações, pelo que a PT SGPS recebeu um montante líquido de 1.590 milhões de euros (Notas 4 e 7) no âmbito da alienação da PT Participações.

- Em 5 de maio de 2014, a PT SGPS alienou à PT Portugal, pelo montante total de 255 milhões de euros (Notas 4 e 7), a sua participação de 100% na PT Finance.
- Em 5 de maio de 2014, além das participações financeiras, a PT SGPS transferiu para a PT Portugal, pelos respetivos valores nominais, a maioria dos seus ativos e passivos que faziam parte da avaliação da PT Portugal para efeitos do aumento de capital da Oi, de entre os quais se incluem essencialmente os investimentos em títulos de dívida da Rio Forte, no montante de 200 milhões de euros (Nota 1.e), e os financiamentos obtidos que se encontravam em dívida na data mencionada.

Os impactos destas operações ao nível de fluxos de caixa, mais-valias e alteração nos investimentos financeiros estão descritos nas Notas 4, 7, 13 e 19.

e) Investimento em títulos de dívida da Rio Forte

Em 5 de maio de 2014, direta e indiretamente, a PT SGPS detinha investimentos em títulos de dívida emitidos pela Rio Forte Investments, S.A. (“Rio Forte”, uma empresa holding do Grupo Espírito Santo com sede no Luxemburgo essencialmente para os seus serviços não financeiros) no montante total de 897 milhões de euros, os quais faziam parte integrante dos Ativos PT a serem contribuídos no aumento de capital da Oi. A composição do montante em dívida em 5 de maio de 2014 era como segue:

- 200 milhões de euros subscritos pela PT SGPS em 15 de abril de 2014 e transferidos para a PT Portugal em 5 de maio de 2014 no âmbito da reorganização societária do Grupo, cuja maturidade ocorria em 15 de julho de 2014;
- 647 milhões de euros subscritos pela PT Finance em 15 de abril de 2014, cuja maturidade ocorria em 15 de julho de 2014;
- 50 milhões de euros subscritos pela PT Finance em 17 de abril de 2014, cuja maturidade ocorria em 17 de julho de 2014.

Em 15 e 17 de julho de 2014 ocorreu o vencimento dos referidos instrumentos, sem que a emitente tenha liquidado as suas obrigações.

A Rio Forte solicitou a adoção do regime de gestão controlada de acordo com a legislação do Luxemburgo, dado que, apesar de reconhecer que não tinha capacidade financeira para cumprir com os seus compromissos financeiros, entendia que a melhor proteção para os seus credores passaria pela adoção desse regime legal, pretensão que foi rejeitada pelo tribunal do Luxemburgo. Na sequência dessa rejeição, a Rio Forte foi declarada insolvente pelo Tribunal do Luxemburgo no dia 8 de Dezembro de 2014, tendo a mesma entrado em processo de liquidação.

Em 28 de julho de 2014, no seguimento do incumprimento por parte da Rio Forte, a PT SGPS e a Oi acordaram os principais termos para a troca dos títulos de dívida da Rio Forte detidos naquela data pela PT

Finance e pela PT Portugal, no montante de 897 milhões de euros, por 47.434.872 ações ordinárias e 94.869.744. ações preferenciais da Oi (após o agrupamento de ações realizado pela Oi em dezembro de 2014) detidas naquela data pela PT SGPS. Em 8 de setembro de 2014, este acordo foi aprovado em sede de Assembleia Geral de Acionistas da PT SGPS e no seguimento de tal aprovação as partes envolvidas celebraram os respetivos contratos definitivos, cujos termos estabeleciam que:

- A PT SGPS iria permutar com a Oi os Instrumentos Rio Forte em contrapartida de 47.434.872 ações ordinárias mais 94.869.744 ações preferências da Oi, representativas de 16,9% do seu capital social;
- À PT SGPS seria atribuída uma opção de compra não transferível de tipo Americano (“Opção de Compra”) para readquirir as Ações da Oi Objeto da Permuta (com o preço de exercício de 20,104 reais para ações ON e 18,529 reais para ações PN, após o agrupamento de ações da Oi), a qual seria ajustada pela taxa brasileira CDI acrescida de 1,5% por ano;
- A Opção de Compra sobre as Ações da Oi Objeto da Opção entraria em vigor à data da Permuta, teria uma maturidade de 6 anos, expirando a possibilidade de exercício da opção pela PT SGPS em 10% no fim do primeiro ano e em 18% no fim de cada ano seguinte;
- Qualquer montante recebido como resultado da monetização da Opção de Compra através da emissão de instrumentos derivados teria de ser utilizado para o exercício da Opção de Compra;
- A PT SGPS só poderia adquirir ações da Oi ou da TmarPart através do exercício da Opção de Compra;
- A Opção de Compra seria cancelada se (i) os estatutos da PT SGPS fossem voluntariamente alterados para remover a limitação de voto de 10%, (ii) a PT SGPS atuasse como concorrente da Oi, ou (iii) a PT SGPS violasse certas obrigações decorrentes da documentação definitiva; e
- Os contratos foram celebrados em 8 de setembro de 2014, sujeitos à aprovação da CVM no Brasil e deveriam ser executados até 31 de março de 2015.

Em 31 de dezembro de 2014, conforme acima referido, a execução dos contratos de permuta e de opção de compra encontrava-se pendente de aprovação por parte da CVM. Em 4 de março de 2015, a CVM aprovou os referidos contratos, condicionada à aprovação dos mesmos em sede de Assembleia Geral de Acionistas da Oi, o que se verificou no dia 26 de março de 2015, tendo o contrato de permuta sido executado em 30 de março de 2015. Em 24 de março de 2015, a PT SGPS celebrou com a Oi, a PT Portugal, a PT Finance e a TmarPart o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações e Outras Avenças (“Instrumento de Cessão”), através do qual a PT Portugal transferiu os Instrumentos Rio Forte por ela detidos para a PT Finance e cedeu para a PT Finance todos os direitos e obrigações a eles relacionados nos termos do contrato de Permuta (“Cessão”).

O Instrumento de Cessão também previa que a entrega, na Permuta, das Ações da Oi Objeto da Permuta poderia ser implementada mediante a transferência, pela PT SGPS, das Ações da Oi Objeto da Permuta ou de ADSs (American Depositary Shares) representativos das Ações da Oi Objeto da Permuta, a critério da PT SGPS. O Programa de ADR da Oi é regido (1) pelo Contrato de Depósito (Ações Ordinárias) celebrado em 27 de fevereiro de 2012, conforme aditado, entre a Oi, o Bank of New York Mellon, na qualidade de depositário, e todos os detentores de tempos em tempos de ADSs emitidos nos termos do referido Contrato; e (2) pelo Contrato de Depósito (Ações preferenciais) celebrado em 27 de fevereiro de 2012, conforme aditado, entre a

Oi, o Depositário, e todos os detentores de tempos em tempos de ADSs emitidos nos termos do referido Contrato.

Em 30 de março de 2015, foi consumada a Permuta, por meio da qual a PT SGPS (1) depositou as Ações da Oi Objeto da Permuta com o Depositário; e (2) instruiu o Depositário a registrar a transferência de 47,434,872 ADSs ON e 94,896,744 ADSs PN para a PT Finance, representativos das Ações da Oi Objeto da Permuta. Assim, em 30 de março de 2015, a PT SGPS transferiu os ADSs Objeto da Permuta para a PT Finance e a PT Finance transferiu para a PT SGPS os Instrumentos Rio Forte no montante de 897 milhões de euros.

Ainda em 30 de março de 2015, a Opção de Compra passou a vigorar e a produzir efeitos.

Em 31 de março de 2015, o Conselho de Administração da PT SGPS concluiu as negociações com os demais acionistas de referência da Oi no sentido de celebrar um novo acordo entre as partes em relação ao modelo de estrutura societária e de governo da Oi. Perante a impossibilidade de implementar a migração da CorpCo para o segmento denominado Novo Mercado da BM&FBovespa (“Novo Mercado”) até 31 de março de 2015, o prazo limite estabelecido nos contratos assinados em 8 de setembro de 2014, tornava-se indispensável a celebração de um novo acordo por meio do qual se permitisse antecipar na Oi os principais benefícios divulgados aos acionistas no momento do aumento de capital da Oi liquidado em 5 de maio de 2014, sem, contudo, deixar de envidar todos os esforços para migrar para o Novo Mercado. Assim sendo, as partes acordaram um novo modelo de estrutura societária e de governo da Oi (“Nova Estrutura”), que além dos benefícios e objetivos anteriormente divulgados se caracteriza pelo seguinte:

- Toda a transformação societária e de governo corporativo será realizada na Oi, com eliminação da necessidade de criação da CorpCo.
- Aprovação de um novo Estatuto Social da Oi, bem como a celebração de um aditivo ao compromisso provisório de voto dos seus acionistas, vigente até à implementação da Nova Estrutura (“Compromisso de Voto”), que possibilitará: (i) a implementação de um programa de conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Oi, à razão de 0,9211 ações ordinárias para cada ação preferencial, sujeita a uma adesão mínima de 2/3 das ações preferenciais, de forma a conferir a todos os acionistas a possibilidade de exercer o direito de voto e maximizar a possibilidade de existência de uma única classe de ações; (ii) a implementação do princípio de 1 ação 1 voto. No entanto, e para preservar o equilíbrio entre os acionistas e a dispersão de controlo desejada no momento do Aumento de Capital, foi acordada a inclusão no Estatuto Social da Oi de uma limitação do direito de voto de 15%, aplicável a todos os seus acionistas; esta limitação deixará de existir mediante a verificação de determinados eventos, nomeadamente no caso de aumento de capital, operação de reorganização societária ou oferta pública de aquisição de ações, em qualquer caso que resulte em diluição da base acionista atual (ou aquisição de participação, conforme o caso) superior a 50%; (iii) potenciar o incremento de liquidez, eliminando a sujeição a acordos *lock-up* de qualquer acionista; (iv) a eleição de um novo Conselho de Administração da Oi, com participação significativa de independentes, onde a paridade previamente existente na CorpCo entre os representantes da PT SGPS e os dos acionistas brasileiros se manterá; (v) a extinção da TmarPart por incorporação na Oi, o que determinará o fim dos acordos de acionistas da TmarPart e das outras sociedades controladoras da Oi, assegurando-se assim a dispersão do controlo acionista da Oi; e (vi) possibilidade de

aproveitamento de sinergias financeiras por meio da incorporação das sociedades controladoras da Oi, direta e indiretamente.

A Nova Estrutura deverá ser implementada o mais rapidamente possível, e antes de 31 de outubro de 2015. Desta forma, a Oi antecipará um novo modelo de governo que abrangerá as principais características do Novo Mercado.

Todas estas significativas alterações serão submetidas à aprovação da assembleia geral de acionistas da Oi e serão implementadas no menor prazo possível após a aprovação da ANATEL.

Foi celebrada uma alteração (“Aditivo”) ao Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, celebrado em 8 de setembro de 2014, tal como referido acima, que possibilitará à PT SGPS dar liquidez à sua Opção de Compra de ações da Oi através de venda em mercado, independentemente de prévio consentimento da Oi, tendo a Oi o direito de preferência na aquisição da Opção de Compra caso a PT SGPS decida aliená-la a terceiros. O Aditivo está sujeito à aprovação da assembleia geral de acionistas da Oi e, se aplicável, à aprovação da CVM, tendo-se a Oi comprometido a convocar a assembleia geral para deliberar sobre o Aditivo até ao dia 31 de agosto de 2015, para realização até dia 30 de setembro de 2015, e os acionistas de referência da Oi comprometido a votar favoravelmente a aprovação do Aditivo.

Após a assinatura do novo acordo com a Oi e a execução da Permuta em 30 de março de 2015, a PT SGPS detém como principal ativo o investimento de 27,5% (participação direta e indireta) na Oi. A PT SGPS detém ainda os instrumentos da Rio Forte e a Opção de Compra sobre 47.434.872 ações ON e 94.869.744 ações PN da Oi.

f) Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Nota 2), tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como referido na Nota 3.4. Nestas demonstrações financeiras individuais, foi considerado, no capital próprio em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e no resultado líquido dos exercícios findos nessas datas, o efeito da consolidação do capital próprio e do resultado líquido das empresas participadas, com base nas respetivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de ativos, passivos, gastos e rendimentos.

A Empresa preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, publicadas em separado. Nestas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que a PT SGPS detém o controlo de gestão.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 30 de abril de 2015, estando ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e as Normas Interpretativas, consignadas respetivamente nos Avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009 da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, de 27 de agosto de 2009, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

A Empresa adotou as NCRF pela primeira vez em 2010, tendo aplicado para o efeito a “*NCRF 3 Adoção pela primeira vez das NCRF*” (“NCRF 3”), sendo 1 de janeiro de 2009 a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras. Conforme previsto no Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), de modo a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos específicos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Desde 1 de janeiro de 2005, as demonstrações financeiras consolidadas da PT SGPS são preparadas de acordo com as IFRS tal como adotadas na União Europeia, conforme normativo aplicável às empresas cotadas em bolsas de valores da União Europeia.

Em 31 de dezembro de 2014, não existe qualquer diferença entre o capital próprio reportado nestas demonstrações financeiras individuais e o capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa reportado nas demonstrações financeiras consolidadas. O resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 reportado nestas contas individuais (de acordo com as NCRF) e o reportado nas contas consolidadas (de acordo com as IFRS) foi negativo em 175 milhões de euros e 303 milhões de euros, respetivamente, equivalente a uma diferença de 128 milhões de euros que reflete (1) a reversão das diferenças existentes ao nível do capital próprio em 31 de dezembro de 2013, no montante de 88 milhões de euros, e (2) ajustamentos de conversão cambial negativos no montante de 40 milhões de euros que foram reciclados para resultado líquido nas demonstrações financeiras consolidadas apenas em 2014, quando os respetivos negócios foram realizados através da sua contribuição para o aumento de capital da Oi. Ambos estes montantes foram ajustados ao ganho líquido apurado no âmbito do aumento de capital da Oi.

3. Principais políticas contábilísticas, julgamentos e estimativas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contábilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

Algumas das políticas contábilísticas abaixo discriminadas deixaram de ser aplicáveis diretamente à Empresa a partir de 5 de maio de 2014, data em que a PT SGPS contribuiu a maioria dos seus negócios e restantes ativos e passivos que faziam parte dos Ativos PT para realização do aumento de capital subscrito na Oi (Nota 1). No entanto, essas políticas eram aplicáveis até essa data e nomeadamente na preparação das demonstrações financeiras de 2013.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação dos ativos no local e na condição necessária para operarem da forma pretendida.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis é reconhecida, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada para cada classe de bens, conforme segue:

| Classe de ativo | Anos de vida útil |
|-------------------------------|-------------------|
| Equipamento de transporte | 4 |
| Equipamento administrativo | 3 - 8 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 4 - 8 |

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o montante recebido e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorre o abate ou alienação.

3.2. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos correspondentes. Os restantes contratos de locação são classificados como locações operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As rendas incluem o gasto financeiro e a amortização do capital, sendo que os gastos financeiros são imputados de acordo com uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente da responsabilidade.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.3. Concentrações de atividades empresariais e *goodwill*

As aquisições de subsidiárias são registadas através do método da compra. O custo de uma aquisição é determinado como o agregado, na data da aquisição, das seguintes componentes: (a) justo valor dos ativos entregues ou a entregar; (b) justo valor das responsabilidades incorridas ou assumidas; (c) justo valor dos instrumentos de capital próprio emitidos pela Empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e (d) custos diretamente atribuíveis à aquisição. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes acordados no âmbito da transação, sendo alterações subsequentes em tais pagamentos registadas por contrapartida do correspondente *goodwill*.

O *goodwill* representa o excesso, na data de aquisição, do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos identificáveis e dos passivos e passivos contingentes assumidos da empresa adquirida, em conformidade com o estabelecido na “NCRF 14 Concentrações de Atividades Empresariais” (“NCRF 14”). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício. Atendendo à exceção prevista na NCRF 3, a Empresa aplica as disposições da NCRF 14 apenas a aquisições ocorridas após 1 de janeiro de 2009.

O *goodwill* não é amortizado, sendo sujeito a testes anuais de imparidade ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Para efeitos de testes de imparidade, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de caixa. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como gasto na demonstração dos resultados do período e não é suscetível de reversão posterior.

3.4. Investimentos financeiros

Empresas subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. Empresas associadas são as entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa, mas não possui controlo, geralmente com participações entre 20% e 50% dos direitos de voto. Empreendimento conjunto: é uma atividade económica empreendida por dois ou mais parceiros sujeita a controlo conjunto destes mediante um acordo contratual.

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos dessas entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

Os investimentos financeiros em entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço, sendo que a participação da Empresa nos resultados dessas entidades é calculada com base na taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante da conversão das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras é registada no capital próprio na rubrica

“Ajustamentos em ativos financeiros”, sendo reconhecida em resultados no momento em que a entidade estrangeira for alienada ou o investimento for transmitido de outra forma. As taxas de câmbio, relativamente ao Euro, utilizadas na conversão das demonstrações financeiras das principais operações estrangeiras (detidas direta ou indiretamente pela PT SGPS) são as seguintes:

| Moeda | 2014 | | 2013 | |
|-------|--------|--------|--------|--------|
| | Fecho | Médio | Fecho | Médio |
| USD | 1,2141 | 1,3285 | 1,3791 | 1,3281 |
| Real | 3,2207 | 3,1211 | 3,2576 | 2,8685 |

Os investimentos financeiros são avaliados sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo que as perdas por imparidade que se demonstrarem existir são registadas como gastos na demonstração dos resultados.

Os ganhos obtidos em transações com subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento.

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas efetuadas dentro do Grupo são diferidas ou anuladas até ao momento da sua alienação a terceiros. Caso as mais-valias tenham sido diferidas, o seu reconhecimento em resultados é registado na rubrica “Ganhos/(perdas) em empresas participadas”, na proporção em que o *goodwill* ou os ativos e passivos identificados no processo de alocação do preço de compra sejam reconhecidos em resultados pela empresa adquirente.

As prestações acessórias e os empréstimos de financiamento concedidos a empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados ao valor nominal, diminuídos por ajustamentos para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses empréstimos.

3.5. Regime do acréscimo e reconhecimento de gastos

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

No que respeita ao reconhecimento dos gastos com impostos que incidem sobre a aquisição de serviços externos (e.g. Imposto sobre o valor acrescentado não dedutível), os montantes são classificados enquanto Impostos indiretos.

3.6. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma do imposto corrente com o imposto diferido, os quais são registados em resultados salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, situação em que são igualmente registados no capital próprio.

A estimativa de imposto sobre o rendimento é efetuada a partir da estimativa da matéria coletável em sede de IRC, com base na taxa de imposto aplicável em Portugal, acrescida da derrama municipal e/ou estadual em função do lucro fiscal apurado (Nota 10).

O imposto sobre o rendimento do exercício registado nas demonstrações financeiras é apurado de acordo com o preconizado pela “NCRF 25 *Impostos Sobre o Rendimento*”. Na mensuração do gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de impostos e o lucro tributável originadas no exercício ou em exercícios anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. À data do balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos que se encontram reconhecidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.7. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido de perdas por imparidade.

As imparidades para dívidas de cobrança duvidosa são calculadas com base na avaliação dos riscos estimados decorrentes da não cobrança das contas a receber e são reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.8. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for recuperada essencialmente através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data de classificação do ativo como detido para venda.

Os ativos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido de despesas de venda.

3.9. Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pela Empresa quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, desde que seja provável a existência de um dispêndio de recursos internos para a liquidação dessa obrigação e o montante desta seja razoavelmente estimável. Quando alguma destas condições não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes, exceto se a probabilidade de uma saída de fundos for remota.

As provisões são reconhecidas por um montante correspondente ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas no final de cada exercício e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.10. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos, sendo subsequentemente apresentados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As obrigações convertíveis emitidas pela PT SGPS foram reconhecidas inicialmente em duas componentes: (i) o valor presente da dívida, estimado com base em taxas de juro de mercado para empréstimos não convertíveis com características semelhantes, o qual foi reconhecido no passivo; e (ii) o valor de mercado da opção de conversão das obrigações em ações, o qual foi reconhecido diretamente no capital próprio. O passivo estava registado pelo seu custo amortizado à data do balanço, sendo a componente do capital próprio mensurada pelo valor atribuído inicialmente.

3.11. Ações próprias

Os contratos de *equity swap* sobre ações próprias que incluem uma opção de exercício físico executável pela PT SGPS são reconhecidos como um passivo financeiro por contrapartida de uma redução do capital próprio, e registados de forma similar a uma aquisição de ações próprias, na data de celebração do contrato.

3.12. Classificação do Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo não corrente, pelo seu valor presente.

3.13. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das operações. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao Euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

| Moeda | 2014 | 2013 |
|-------|--------|--------|
| USD | 1,2141 | 1,3791 |
| Real | 3,2207 | 3,2576 |

3.14. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte nas correspondentes disposições contratuais, sendo classificados nas seguintes categorias: (a) ao custo ou custo amortizado; e (b) ao justo valor, com as correspondentes alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(a) Ativos e passivos financeiros ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características: (a) sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; (b) tenham associado um retorno fixo ou determinável; e (c) não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os ativos e passivos financeiros considerados nesta categoria são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e correspondem essencialmente às seguintes rubricas do ativo e do passivo constantes do balanço da Empresa:

- Empréstimos incluídos na rubrica “Participações financeiras - método da equivalência patrimonial”
- Financiamentos obtidos
- Saldos com Empresas do Grupo
- Fornecedores
- Credores por acréscimos de gastos
- Adiantamentos a fornecedores
- Estado e outros entes públicos
- Outras contas a receber e a pagar
- Outros ativos e passivos financeiros
- Caixa e depósitos bancários

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante o termo do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

(b) Ativos e passivos financeiros ao justo valor

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor”. Estes ativos e passivos financeiros correspondem essencialmente a instrumentos financeiros derivados de taxa de câmbio e taxa de juro.

As variações no justo valor destes derivados são reconhecidas no capital próprio ou em resultados, em função, respetivamente, desses derivados cumprirem ou não os critérios de cobertura contabilística. As variações no justo valor reconhecidas em resultados são registadas na rubrica “Aumentos/(reduções) de justo valor” (Nota 22).

(c) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade no final de cada exercício. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma

evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados serão afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

Subsequentemente, se ocorre uma diminuição da perda por imparidade em resultado de um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento inicial da perda, a imparidade deve ser revertida por resultados. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (a custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

(d) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando expiram os seus direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desses ativos, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação é liquidada, cancelada ou expire.

3.15. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados como prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou o resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

- (a) **Valorização do investimento na Oi** – Em 5 de maio de 2014, a Empresa valorizou a nova participação na Oi tendo por base o preço das ações da Oi no aumento de capital realizado nesta data, tendo-se a partir desta data, apropriado da sua quota-parte nos resultados da Oi através da aplicação do método da equivalência patrimonial. Adicionalmente, a partir de 8 de setembro de 2014, a parcela do investimento na Oi a entregar no âmbito do Contrato de Permuta foi classificada como ativo não corrente detido para venda e mensurado a justo valor a partir dessa data.
- (b) **Reconhecimento de provisões e ajustamentos** – A PT SGPS é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetuou um julgamento para determinar o reconhecimento de eventual provisão para fazer face a essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. No que respeita à provisão para outros riscos e encargos, a PT SGPS procedeu à melhor estimativa relacionada com o impacto patrimonial do Contrato de Permuta celebrado com a Oi.

(c) Impostos diferidos – O Grupo reconhece e liquida o imposto sobre o rendimento com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária local, considerando os preceitos da legislação fiscal, os quais são significativamente diferentes dos valores calculados de acordo com as IFRS. De acordo com a NCRF25, a empresa reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos com base na diferença existente entre o valor contabilístico e as bases fiscais dos ativos e passivos. A PT SGPS analisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos e reconhece uma perda por imparidade sempre que seja provável que esses ativos não sejam realizáveis, com base em informação histórica sobre o lucro tributável, na projeção do lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporais. Estes cálculos requerem o uso de estimativas e pressupostos, sendo que a aplicação de diferentes estimativas e pressupostos poderia resultar no reconhecimento de uma provisão para redução do valor recuperável de todo ou parte significativa dos ativos por impostos diferidos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na “*NCRF 4 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros*” (“NCRF 4”), alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospetiva

3.16. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço e proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço não são refletidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados se forem considerados materialmente relevantes.

4. Fluxos de Caixa

A rubrica “Caixa e seus equivalentes” da demonstração dos fluxos de caixa inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

A Empresa está sujeita a um risco de liquidez se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa provenientes de operações de desinvestimento e financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa relacionadas com as atividades operacionais, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida. A Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada de acordo com a “NCRF 2 Demonstração de Fluxos de Caixa”, havendo a salientar os aspetos a seguir descritos.

(a) Recebimentos (pagamentos) de imposto sobre o rendimento

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | euros | |
|--|-------------------|--------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Recebimentos de empresas participadas no âmbito do RETGS, líquidos (a) | 36.968.398 | 118.857.008 |
| Pagamentos por conta realizados pela Empresa (b) | - | (16.541.317) |
| Reembolsos de IRC relativos ao exercício anterior (c) | - | 6.018.231 |
| Outros (d) | 5.401.750 | 397.749 |
| | 42.370.148 | 108.731.671 |

- (a) Em 2014, esta rubrica inclui (1) recebimentos de empresas participadas relativos a pagamentos por conta do imposto a liquidar no ano seguinte, no montante de 53.506.615 euros, líquidos de (2) pagamentos a empresas participadas, no montante de 16.538.217 euros. Em 2013, esta rubrica inclui (1) recebimentos de empresas participadas relativos a pagamentos por conta do imposto a liquidar no ano seguinte, no montante de 96.821.779 euros (Nota 8), (2) um recebimento de 18.641.756 euros relativo à quarta e última prestação do imposto do ano anterior, e (3) um recebimento de 3.393.473 euros relativo a liquidações adicionais de anos anteriores efetuadas por empresas participadas.
- (b) Em 2013, a PT SGPS efetuou três Pagamentos Adicionais por Conta de 5,5 milhões de euros cada, no montante total de 16,4 milhões de euros.
- (c) Esta rubrica corresponde aos reembolsos obtidos em resultado dos pagamentos por conta realizados no ano anterior em excesso face à coleta fiscal apurada no âmbito do consolidado fiscal da PT SGPS.
- (d) Em 2014, esta rubrica inclui essencialmente (1) um valor de 12.732.641 euros recebido do Estado por montantes cobrados indevidamente no passado relativos a derrama municipal, benefícios fiscais e tributações internacionais, e (2) um pagamento adicional de imposto relativo ao ano de 2010, no montante de 4.830.139 euros.

(b) Recebimentos e pagamentos respeitantes a aplicações financeiras de curto prazo

Em 2014, esta rubrica respeita ao montante recebido da PT Portugal pela transferência para esta entidade dos investimentos em títulos de dívida da Rio Forte, pelo respetivo valor nominal de 200 milhões de euros (Nota 1.e), os quais tinham sido inicialmente subscritos pela PT SGPS em 15 de abril de 2014.

Em 2013, a PT SGPS subscreveu títulos de dívida emitidos pela Espírito Santo International no montante de 200 milhões de euros.

(c) Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | euros | |
|---|----------------------|----------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Reembolso de prestações acessórias (Nota 7): | | |
| PT Portugal | 2.895.109.518 | 2.100.000.000 |
| PT Compras | - | 35.500.000 |
| PT Investimentos ("PTI") | - | 13.100.000 |
| Africatel | - | 1.687.500 |
| | 2.895.109.518 | 2.150.287.500 |
| Alienação de participações financeiras: | | |
| PT Participações (Notas 1 e 7) | 1.590.000.000 | - |
| PT Finance (Notas 1 e 7) | 255.000.000 | - |
| Bratel Brasil (Nota 7) | 172.000.000 | - |
| Taguspark | 5.380.767 | - |
| PT Investimentos (Notas 1 e 7) | 4.702.322 | - |
| PT Brasil (Notas 1 e 7) | 2.662.714 | - |
| INESC (Nota 7) | 1.995.192 | - |
| PT Centro Corporativo (Notas 1 e 7) | 1.482.662 | - |
| Vortal | 99.656 | - |
| Vantec | 80.000 | - |
| APOR | 55.000 | - |
| Africatel (Nota 7) | - | 1.789.312.500 |
| PT Imobiliária (Nota 7) | - | 11.499.672 |
| PT Compras | - | 293.965 |
| Euroscm | - | 121.305 |
| TMM | - | 3.831 |
| Multicert | - | 10 |
| | 2.033.458.313 | 1.801.231.283 |
| Reembolso / alienação de suprimentos no âmbito da alienação de participações financeiras: | | |
| INESC | 888.882 | - |
| Africatel (a) | - | 313.605.020 |
| Sportinveste (Nota 7) | - | 32.618.669 |
| Yunit (Nota 7) | - | 2.228.329 |
| PT Imobiliária | - | 660.000 |
| TMM | - | 11.609 |
| | 888.882 | 349.123.627 |
| Outros recebimentos: | | |
| Previsão (Nota 7) | - | 1.850.426 |
| | - | 1.850.426 |
| | 4.929.456.713 | 4.302.492.836 |

- (a) Em dezembro de 2013, no âmbito da alienação da Africatel Holdings BV à Africatel GmbH (Nota 7), a Empresa também transferiu para a Africatel GmbH, pelo respetivo valor nominal, o financiamento que tinha concedido em anos anteriores à Africatel Holdings BV. Este financiamento encontrava-se denominado em dólares, tendo sido apurada uma variação cambial negativa de 13.999.799 euros (Nota 25) em 2013, correspondente à diferença entre o valor em dívida na data da transferência e o saldo em dívida em 31 de dezembro de 2012, no montante de 327.604.819.

(d) Recebimentos (pagamentos) relacionados com empréstimos concedidos

Os recebimentos provenientes do reembolso de empréstimos concedidos, líquidos dos pagamentos respeitantes a empréstimos concedidos, ascenderam a 2.309.687.487 euros em 2014, em comparação com pagamentos líquidos de 1.216.969.482 euros em 2013, conforme detalhe abaixo:

| | euros | |
|---|----------------------|------------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Recebimentos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada: | | |
| PT Comunicações | 342.322.397 | - |
| PT Portugal | 90.783.928 | - |
| PT Centro Corporativo | 43.765.831 | - |
| PT Inovação e Sistemas | 17.586.805 | 2.386.252 |
| PT Participações | 6.373.532 | - |
| PT Cloud e Data Centers (anteriormente PT SI) | 3.590.131 | - |
| PT Contact | 3.552.194 | 25.045.265 |
| PT Sales | 2.495.805 | - |
| PT Pro, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A. ("PT Pro") | 825.683 | - |
| MEO S.A. | - | 46.200.260 |
| Outras empresas | 581.324 | - |
| | 511.877.630 | 73.631.777 |
| Pagamentos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada: | | |
| MEO S.A. | (8.384.405) | - |
| PT Comunicações | - | (224.357.190) |
| PT Centro Corporativo | - | (42.560.777) |
| PT Portugal | - | (32.889.653) |
| PT Participações | - | (6.348.960) |
| PT Cloud e Data Centers | - | (2.961.131) |
| PT Sales | - | (1.420.785) |
| PT Pro | - | (872.393) |
| Outras empresas | (5.738) | (9.780) |
| | (8.390.143) | (311.420.669) |
| Concessão de suprimentos: | | |
| PT Portugal (Nota 8.1) | - | (979.000.000) |
| PT Imobiliária | - | (290.000) |
| | - | (979.290.000) |
| Reembolso de suprimentos: | | |
| PT Portugal (Nota 8.1) | 1.806.200.000 | - |
| INESC | - | 109.410 |
| | 1.806.200.000 | 109.410 |
| | 2.309.687.487 | (1.216.969.482) |

(e) Recebimento de dividendos

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | euros | |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| | 2014 | 2013 |
| PT Finance (Nota 7) | 21.442.132 | 6.705.439 |
| PT Centro Corporativo (Nota 7) | 922.064 | 916.068 |
| PT Participações (Nota 7) | - | 24.000.000 |
| Africatel (Nota 7) | - | 18.750.000 |
| Vortal (Nota 25) | - | 42.341 |
| | 22.364.196 | 50.413.848 |

(f) Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 7):

| | euros | |
|---|----------------------|----------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Aquisição de participações financeiras: | | |
| Bratel B.V. | 4.195.000.000 | - |
| Aumentos de capital: | | |
| PT Portugal | - | 2.100.000.000 |
| PT Participações | - | 1.857.920.000 |
| PT Compras | - | 34.150.000 |
| PT Cloud e Data Centers | - | 3.000.000 |
| | 4.195.000.000 | 3.995.070.000 |
| Outras operações: | | |
| Aquisição de ações da PT Brasil | - | 8.869 |
| | 4.195.000.000 | 3.995.078.869 |

(g) Recebimentos (pagamentos) relativos a financiamentos obtidos

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | euros | |
|--|------------------------|----------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Transferência de financiamentos para empresas participadas (Nota 16) (a) | (3.200.292.857) | - |
| Papel comercial (Nota 16) | (397.850.000) | 1.575.250.000 |
| Equity swap sobre ações próprias (Nota 16) | (73.210.079) | |
| Empréstimo bancário obtido em maio de 2013 (Nota 16.3) | - | 70.000.000 |
| Outros empréstimos bancários | - | (74.489.181) |
| Contratos de locação financeira e outros financiamentos | (132.201) | (325.218) |
| | (3.671.485.137) | 1.570.435.601 |

(a) Conforme mencionado na Nota 1, no âmbito do aumento de capital da Oi realizado em 5 de maio de 2014, a PT SGPS transferiu para as suas participadas a globalidade dos financiamentos em dívida naquela data, pelo respetivo valor nominal, no montante total de aproximadamente 3.200 milhões de euros, incluindo essencialmente (1) o empréstimo por obrigações convertíveis (750 milhões de euros), (2) o empréstimo obrigacionista de retalho (400 milhões de euros), e (3) montantes em dívida no âmbito de programas de papel comercial (1.353 milhões de euros) e financiamentos bancários (697 milhões de euros).

(h) Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

| | euros | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Numerário | 6.000 | 2.000 |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 105.809.419 | 541.960.115 |
| | 105.815.419 | 541.962.115 |

5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício de 2014, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

No exercício de 2014, a Empresa não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

| | | | | | euros |
|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|----------------|
| | | | | | 2014 |
| | Edifícios e outras construções | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Total |
| Valores brutos | | | | | |
| Saldo inicial | 111.715 | 1.223.822 | 261.077 | 1.062.188 | 2.658.802 |
| Aquisições | - | 12.295 | 17.651 | - | 29.946 |
| Alienações | - | (842.110) | (248.673) | (957.791) | (2.048.574) |
| Transferências e abates | (111.715) | (244.714) | (6.924) | (104.397) | (467.750) |
| Saldo final | - | 149.293 | 23.131 | - | 172.424 |
| Depreciações acumuladas | | | | | |
| Saldo inicial | 111.715 | 751.881 | 256.733 | 104.972 | 1.225.301 |
| Depreciações | - | 92.348 | - | - | 92.348 |
| Alienações | - | (552.182) | (244.330) | (574) | (797.086) |
| Transferências e abates | (111.715) | (244.713) | (6.923) | (104.398) | (467.749) |
| Saldo final | - | 47.334 | 5.480 | - | 52.814 |
| Valores líquidos | - | 101.959 | 17.651 | - | 119.610 |

| | | | | | euros |
|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|------------------|
| | | | | | 2013 |
| | Edifícios e outras construções | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Total |
| Valores brutos | | | | | |
| Saldo inicial | 111.715 | 1.276.573 | 903.273 | 1.064.394 | 3.355.955 |
| Aquisições | - | 356.326 | - | - | 356.326 |
| Alienações | - | (321.149) | - | - | (321.149) |
| Transferências e abates | - | (87.928) | (642.196) | (2.206) | (732.330) |
| Saldo final | 111.715 | 1.223.822 | 261.077 | 1.062.188 | 2.658.802 |
| Depreciações acumuladas | | | | | |
| Saldo inicial | 111.715 | 811.981 | 894.174 | 107.178 | 1.925.048 |
| Depreciações | - | 232.534 | 4.755 | - | 237.289 |
| Alienações | - | (267.610) | - | - | (267.610) |
| Transferências e abates | - | (25.024) | (642.196) | (2.206) | (669.426) |
| Outros movimentos | - | - | - | - | - |
| Saldo final | 111.715 | 751.881 | 256.733 | 104.972 | 1.225.301 |
| Valores líquidos | - | 471.941 | 4.344 | 957.216 | 1.433.501 |

7. Participações financeiras

7.1. Método da equivalência patrimonial

Durante os exercícios de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

| | | | | | | euros |
|---|--|--|--|--------------|--|--------------------|
| | | | | | | 2014 |
| | Partes de capital em empresas subsidiárias | Prestações acessórias em empresas subsidiárias | Partes de capital em empresas associadas | Goodwill | Investimentos em empreendimentos conjuntos | Total |
| Valores brutos | | | | | | |
| Saldo inicial | 4.499.597.933 | 3.206.050.000 | 888.506 | 61.419.919 | - | 7.767.956.358 |
| Aumentos | 4.326.264.957 | - | - | - | 1.853.863.636 | 6.180.128.593 |
| Reduções | (2.792.881.760) | (2.895.109.518) | (888.506) | - | - | (5.688.879.784) |
| Equivalência patrimonial | (3.754.486.128) | - | - | - | (620.214.667) | (4.374.700.795) |
| Contribuição para o aumento de capital da Oi (Nota 19) | (2.228.363.853) | (310.940.482) | - | (61.419.919) | - | (2.600.724.254) |
| Distribuição de dividendos | (22.364.196) | - | - | - | - | (22.364.196) |
| Transferência de participação para ativos não correntes detidos para venda (Nota 7.2) | - | - | - | - | (750.366.963) | (750.366.963) |
| Outros movimentos | 212.625.865 | - | - | - | - | 212.625.865 |
| Saldo final | 240.392.818 | - | - | - | 483.282.006 | 723.674.824 |
| Perdas por imparidade | | | | | | |
| Saldo inicial | - | - | 1.276.826 | 16.129.000 | - | 17.405.826 |
| Reduções | - | - | (1.276.826) | - | - | (1.276.826) |
| Contribuição para o aumento de capital da Oi (Nota 19) | - | - | - | (16.129.000) | - | (16.129.000) |
| Saldo final | - | - | - | - | - | - |
| Valores líquidos | 240.392.818 | - | - | - | 483.282.006 | 723.674.824 |

| | | | | | | euros |
|------------------------------|--|--|--|-------------------|--|----------------------|
| | | | | | | 2013 |
| | Partes de capital em empresas subsidiárias | Prestações acessórias em empresas subsidiárias | Partes de capital em empresas associadas | Goodwill | Prestações acessórias e empréstimos em empresas associadas | Total |
| Valores brutos | | | | | | |
| Saldo inicial | 1.658.651.324 | 5.356.337.500 | 6.227.436 | 61.419.919 | 5.067.148 | 7.087.703.327 |
| Aumentos | 3.995.078.869 | - | - | - | - | 3.995.078.869 |
| Reduções | (634.012.075) | (2.150.287.500) | (1.995.203) | - | (5.067.148) | (2.791.361.926) |
| Equivalência patrimonial | (473.732.021) | - | (3.447.311) | - | - | (477.179.332) |
| Distribuição de dividendos | (50.371.507) | - | - | - | - | (50.371.507) |
| Outros movimentos | 3.983.343 | - | 103.584 | - | - | 4.086.927 |
| Saldo final | 4.499.597.933 | 3.206.050.000 | 888.506 | 61.419.919 | - | 7.767.956.358 |
| Perdas por imparidade | | | | | | |
| Saldo inicial | - | - | 6.170.175 | - | 2.588.740 | 8.758.915 |
| Aumentos | - | - | - | 16.129.000 | - | 16.129.000 |
| Reduções | - | - | (4.893.349) | - | - | (4.893.349) |
| Outros movimentos | - | - | - | - | (2.588.740) | (2.588.740) |
| Saldo final | - | - | 1.276.826 | 16.129.000 | - | 17.405.826 |
| Valores líquidos | 4.499.597.933 | 3.206.050.000 | (388.320) | 45.290.919 | - | 7.750.550.532 |

a) Aumentos

Nos exercícios de 2014 e 2013, os aumentos nas participações financeiras registadas pelo método de equivalência patrimonial, incluindo o *goodwill* e os empréstimos concedidos a empresas associadas, foram como segue (Nota 4):

| | euros | |
|---|----------------------|----------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Aquisição de participações financeiras: | | |
| Oi, S.A. (a) | 1.853.863.636 | - |
| Bratel B.V. (b) | 4.144.999.703 | - |
| Bratel Brasil (c) | 181.265.254 | - |
| PT Brasil | - | 8.869 |
| Subscrição de aumentos de capital nas seguintes empresas subsidiárias (Nota 4): | | |
| PT Portugal | - | 2.100.000.000 |
| PT Participações | - | 1.857.920.000 |
| PT Compras | - | 34.150.000 |
| PT Investimento | - | 3.000.000 |
| | 6.180.128.593 | 3.995.078.869 |

- (a) Em resultado da contribuição para o aumento de capital na Oi realizado em 5 de maio de 2014, a PT SGPS adquiriu uma participação direta na Oi de 32,8%. O investimento inicial na Oi foi mensurado ao justo valor das ações implícito no aumento de capital (2,17 reais por ação ordinária e 2,00 reais por ação preferencial), no montante de 5.710 milhões de reais, equivalentes a 1.854 milhões de euros à taxa de câmbio daquela data (Nota 19).
- (b) Em 2 de maio de 2014, a PT SGPS adquiriu à PT Móveis, por um montante total de 4.195 milhões de euros (Notas 1 e 4), a participação de 100% na Bratel BV, a empresa que detém indiretamente através da Bratel Brasil o investimento do Grupo na Oi antes do aumento de capital acima mencionado, uma vez que este investimento não fazia parte dos ativos líquidos a serem transferidos para a Oi no aumento de capital. Em resultado desta operação, foi apurada uma perda de 50 milhões de euros que foi incluída na rubrica "Perdas em empresas participadas" (Nota 19), uma vez que a subsidiária PT Móveis reconheceu naquela data uma mais-valia do mesmo montante.
- (c) Em fevereiro de 2014, a Empresa subscreveu um aumento de capital da Bratel Brasil através da entrega em espécie de ativos cindidos da PT Brasil, conforme explicado mais abaixo. Em resultado desta operação, a Empresa ficou com uma participação de 6,55% na Bratel Brasil.

b) Reduções

Nos exercícios de 2014 e 2013, as reduções nas participações financeiras registadas pelo método de equivalência patrimonial foram como segue:

| | euros | |
|--|----------------------|----------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Reembolso de prestações acessórias (Nota 4): | | |
| PT Portugal | 2.895.109.518 | 2.100.000.000 |
| PT Compras | - | 35.500.000 |
| PT Investimentos | - | 13.100.000 |
| Africatel | - | 1.687.500 |
| | 2.895.109.518 | 2.150.287.500 |
| Alienação de participações financeiras: | | |
| PT Participações (a) | 2.171.314.321 | - |
| PT Internacional B.V. (b) | 250.189.233 | - |
| Bratel Brasil (c) | 181.265.254 | - |
| PT Investimentos (d) | 4.702.322 | - |
| PT Brasil (d) | 2.662.714 | - |
| PT Centro Corporativo (d) | 1.482.662 | - |
| Páginas Amarelas (e) | 888.506 | - |
| Africatel (f) | - | 620.659.561 |
| PT Imobiliária (g) | - | 11.499.672 |
| INESC (g) | - | 1.995.192 |
| Outras | - | 2.427 |
| | 2.612.505.012 | 634.156.852 |
| Reembolso/alienação de suprimentos: | | |
| INESC | - | 2.838.819 |
| Yunit (Nota 4) | - | 2.228.329 |
| | - | 5.067.148 |
| Outros movimentos: | | |
| Cisão de ativos da PT Brasil (c) | 181.265.254 | - |
| Previsão (Nota 4) (h) | - | 1.850.426 |
| | 181.265.254 | 1.850.426 |
| | 5.688.879.784 | 2.791.361.926 |

- (a) Em 2 de maio de 2014, a PT SGPS alienou à PT Móveis, pelo montante de 2.240 milhões de euros (Nota 1), a sua participação de 100% na PT Participações, tendo apurado uma mais-valia diferida de 69 milhões de euros (Nota 13) nesta transação intragrupo. A Empresa recebeu apenas 1.590 milhões de euros (Notas 1 e 4), uma vez que foi deduzido um montante de 650 milhões de euros (Nota 1) relativo ao acerto do preço de venda da Africatel Holdings BV, conforme explicado na Nota 1.
- (b) Em 5 de maio de 2014, a PT SGPS alienou à PT Portugal, pelo montante de 255 milhões de euros (Notas 1 e 4), a sua participação de 100% na PT Finance, tendo apurado uma mais-valia diferida de 5 milhões de euros (Nota 13) nesta transação intragrupo.
- (c) Em fevereiro de 2014, foi efetuada uma cisão dos investimentos detidos pela PT Brasil na CTX Participações e Contax, os quais foram entregues pela Empresa à Bratel Brasil a título de contribuição em espécie para um aumento de capital desta última entidade. Em resultado desta operação, a Empresa obteve uma participação de 6,55% na Bratel Brasil, a qual foi valorizada ao valor contabilístico dos ativos cindidos da PT Brasil, no montante de 181 milhões de euros. Em março de 2014, a PT SGPS alienou à Bratel BV, pelo montante de 172 milhões de euros (Nota 4), a participação de 6,55% na Bratel Brasil, tendo apurado uma perda de 9 milhões de euros (Nota 19) correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor contabilístico do investimento.
- (d) Em março de 2014, a PT SGPS alienou à PT Portugal, pelo respetivo valor contabilístico, as participações de 100% que detinha nestas entidades (Notas 1 e 4).
- (e) Em janeiro de 2014, a PT SGPS alienou a participação que detinha nas Páginas Amarelas.
- (f) Em dezembro de 2013, no âmbito da reorganização societária do Grupo (Nota 1), a Empresa alienou a participação de 75% na Africatel Holdings BV à Africatel GmbH pelo montante total de 1.791,0 milhões de euros (Nota 4), incluindo prestações acessórias de 1,7 milhões de euros (Nota 4), tendo apurado uma mais-valia diferida de 1.169 milhões de euros correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor contabilístico deste investimento. Em 2014, conforme previsto contratualmente, as partes acordaram uma revisão deste preço de venda em 650 milhões de euros (Nota 13), montante que foi deduzido à mais-valia diferida apurada inicialmente e foi liquidado no âmbito da alienação da PT Participações, conforme mencionado atrás.
- (g) No final de 2013, também no âmbito da reorganização societária do Grupo (Nota 1), a Empresa alienou, pelos respetivos valores contabilísticos, as participações financeiras que detinha nestas entidades a empresas subsidiárias integralmente controladas, direta ou indiretamente, pela PT SGPS (Nota 4). O valor de venda do INESC foi recebido apenas em 2014.
- (h) No âmbito de um acordo celebrado com a PT Portugal, a PT SGPS recebeu em 2013 um adiantamento por conta da alienação da participação financeira detida nesta entidade, pelo que este investimento foi classificado como um ativo não corrente detido para venda em 31 de dezembro de 2013. A conclusão desta transação encontrava-se pendente da aprovação do Instituto de Seguros de Portugal, a qual foi obtida em 2014.

c) Equivalência patrimonial

Nos exercícios de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos em partes de capital em empresas subsidiárias e associadas decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial foram registados da seguinte forma:

| | euros | |
|---|------------------------|----------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Perdas em empresas participadas (Nota 19) | (4.076.170.245) | 234.129.864 |
| Ajustamentos em activos financeiros (Nota 14) | (298.530.550) | (711.309.196) |
| | (4.374.700.795) | (477.179.332) |

Com referência aos investimentos no Brasil, abaixo encontra-se a evolução do valor da cotação da Oi ao longo do exercício de 2014 comparado com 31 de dezembro de 2013:

| | Preço por ação | | | | |
|-----------------------|----------------|--------|--------|--------|-----------|
| | 2013 | | | | 2014 |
| | 31.12 | 05.05 | 30.06 | 30.09 | 31.12 (i) |
| Cotação Oi ON (Reais) | 36,10 | 21,70 | 20,80 | 17,90 | 9,15 |
| Cotação Oi PN (Reais) | 35,90 | 20,00 | 19,50 | 17,40 | 8,61 |
| Câmbio Real/Euro | 3,2576 | 3,0800 | 3,0002 | 3,0821 | 3,2207 |
| Cotação Oi ON (Euros) | 11,08 | 7,05 | 6,93 | 5,81 | 2,84 |
| Cotação Oi PN (Euros) | 11,02 | 6,49 | 6,50 | 5,65 | 2,67 |

(i) Na sequência do reverse stock split em dezembro de 2014 (10 ações convertidas em 1 ação), as cotações referentes a 30.09 e anterior foram reexpressos para assegurar a sua comparabilidade com a cotação a 31 de dezembro de 2014.

d) Distribuição de dividendos

Os dividendos atribuídos por empresas subsidiárias nos exercícios de 2014 e 2013 têm a seguinte composição (Nota 4):

| | euros | |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| | 2014 | 2013 |
| PT Finance | 21.442.132 | 6.705.439 |
| PT Centro Corporativo | 922.064 | 916.068 |
| PT Participações | - | 24.000.000 |
| Africatel | - | 18.750.000 |
| | 22.364.196 | 50.371.507 |

e) Outros movimentos

| | 2014 |
|---|--------------------|
| Mais-valia diferida Meo, S.A. (Nota 13) | 209.764.181 |
| Dividendos pagos pela Portugal Telecom relativos às ações detidas pela Oi (Nota 14.6) (a) | 2.076.949 |
| Imposto pago pela Oi em relação aos dividendos recebidos da Portugal Telecom | - |
| Outros | 784.735 |
| | 212.625.865 |

(a) Considerando que as ações da PT SGPS detidas pela Oi se encontravam classificadas como ações próprias no Balanço individual da Empresa, os movimentos contabilísticos relativos ao pagamento de dividendos a essas ações, líquidos do respetivo efeito fiscal, foram apresentados como um aumento do valor contabilístico do investimento detido indiretamente na Oi.

f) Goodwill

Em 31 de dezembro de 2013, o *goodwill* no montante de 45.290.919 euros respeita ao negócio das listas telefónicas desenvolvido por uma empresa subsidiária da PT Portugal e pelas Páginas Amarelas. Durante o exercício de 2013, foi reconhecida uma perda por imparidade de 16.129.000 euros (Nota 24) sobre este goodwill para fazer face ao declínio do negócio de listas telefónicas, o qual se tem intensificado no passado mais recente e culminou no dia 15 de julho de 2013 com a apresentação pelas Páginas Amarelas junto do Tribunal de Comércio em Lisboa de um Plano Especial de Revitalização da empresa. A participação nas Páginas Amarelas foi vendida em janeiro de 2014.

7.2. Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

| | euros | |
|---|--------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Parcela do investimento na Oi classificado como detido para venda | 388.380.655 | - |
| Previsão | - | 1.850.426 |
| | 388.380.655 | 1.850.426 |

Oi

Em 8 de setembro de 2014, a PT SGPS celebrou com a Oi um Contrato de Permuta de uma parcela das ações da Oi detidas diretamente pela PT SGPS, representativas de 16,9% das ações em circulação da Oi naquela data, pelos títulos de dívida da Rio Forte detida indiretamente pela Oi. Este contrato foi executado em 30 de março de 2015 após obtidas todas as aprovações necessárias. Em resultado do acordo celebrado em 8 de setembro de 2014, a parcela do investimento na Oi a entregar no âmbito do Contrato de Permuta, correspondente à participação de 16,9% atrás mencionada, foi classificada como ativo não corrente devido para venda e mensurada pelo respetivo justo valor baseado na cotação das ações da Oi. A participação remanescente de 15,9% manteve-se classificada como um investimento em empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2014 e mensurada de acordo com o método de equivalência patrimonial (Nota 7.1).

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica ascende a 388 milhões de euros e corresponde ao justo valor das ações da Oi no âmbito do Contrato de Permuta celebrado com a Oi em 8 setembro de 2014. O justo valor destas ações foi determinado com base na cotação das ações da Oi em 31 de dezembro de 2014, tendo-se registado uma perda de 362 milhões de euros (Nota 22) que reflete essencialmente a desvalorização das referidas ações da Oi entre 8 de setembro e 31 de dezembro de 2014.

Sportinveste

Em dezembro de 2013, no âmbito da reorganização societária do Grupo, a PT SGPS alienou à PT Comunicações a participação de 50% que detinha na Sportinveste Multimédia SGPS, S.A. ("Sportinveste Multimédia"). Esta operação foi efetuada pelo montante total de 32.618.669 euros (Nota 4), correspondente ao valor nominal das prestações acessórias e dos suprimentos concedidos a esta entidade, pelo que a Empresa apurou uma mais-valia no montante de 27.964.927 euros (Nota 19) correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor contabilístico deste investimento, no montante de 4.653.742 euros.

Este investimento encontrava-se classificado como ativo não corrente devido para venda no âmbito de um acordo celebrado, em 20 de dezembro de 2012, sobre um conjunto de transações no final das quais a PT SGPS passaria a deter uma participação de 25% de uma joint-venture composta pelas atuais Sport TV Portugal S.A. ("Sport TV"), Sportinveste Multimédia SGPS, S.A. ("Sportinveste Multimédia") e P.P. TV - Publicidade de Portugal e Televisão, S.A. ("PPTV"). Este investimento foi transferido para a Oi em 5 de maio de 2014.

Previsão

No âmbito da reorganização das participações financeiras acima referida, a PT SGPS celebrou, no final de 2013, um acordo com a PT Portugal para a alienação da participação detida na Previsão, tendo recebido, ainda em 2013, um adiantamento por conta da alienação desta participação financeira (Nota 8), a qual foi concretizada em 2014, após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal.

Em resultado do acordo celebrado, o investimento na Previsão foi classificado como ativo não corrente devido para venda e o seu valor contabilístico ascendia a 1,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

8. Partes relacionadas

8.1. Saldos com empresas do Grupo

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe das rubricas “Saldos com empresas do Grupo” do ativo corrente e não corrente e do passivo corrente é como segue:

| | euros | |
|---|----------------|----------------------|
| | 2014 | 2013 |
| SALDOS DEVEDORES | | |
| Não corrente | | |
| Financiamentos concedidos (a) | - | 1.806.200.000 |
| Total não corrente | - | 1.806.200.000 |
| Corrente | | |
| Financiamentos concedidos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada (b) | - | 511.845.872 |
| Contas a receber no âmbito do RETGS (c) | - | 20.092.250 |
| Outros (d) | 114.903 | 42.003.456 |
| Total corrente | 114.903 | 573.941.578 |
| Total | 114.903 | 2.380.141.578 |
| SALDOS CREDORES | | |
| Corrente | | |
| Contas a pagar no âmbito do RETGS (c) | - | 22.096.003 |
| Dividendos atribuídos | 856.549 | 852.327 |
| Outros (e) | 82.166 | 1.952.841 |
| Total corrente | 938.715 | 24.901.171 |

- (a) Esta rubrica respeita a suprimentos concedidos à PT Portugal. Durante o exercício de 2013, a PT SGPS concedeu suprimentos a esta participada no montante de 979 milhões de euros (Nota 4). A PT Portugal reembolsou a totalidade do saldo em dívida em 31 de dezembro de 2013, no montante de 1.806,2 milhões de euros (Nota 4).
- (b) Em 31 de dezembro 2013, os financiamentos concedidos no âmbito do sistema de tesouraria centralizada, os quais foram integralmente reembolsados em 2014 (Nota 4), têm a seguinte composição:

| | euros | |
|-----------------------|----------|--------------------|
| | 2014 | 2013 |
| PT Comunicações | - | 342.322.397 |
| PT Portugal | - | 90.783.928 |
| PT Centro Corporativo | - | 43.765.831 |
| PT Inovação | - | 17.586.805 |
| PT Participações | - | 6.373.532 |
| PT SI | - | 3.590.131 |
| PT Contact | - | 3.552.194 |
| PT Sales | - | 2.495.805 |
| PT PRO | - | 825.683 |
| MEO S.A. | - | - |
| Outras | - | 549.566 |
| | - | 511.845.872 |

- (c) Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica apresentaram um saldo líquido credor de 2.003.753 incluindo essencialmente: (1) a coleta de IRC apurada pelas empresas participadas incluídas no RETGS, no montante de 99.545.344 euros; (2) os pagamentos por conta efetuados por estas empresas, no montante total de 96.821.779 euros (Nota 4), e (3) o imposto a pagar às participadas relativo a retenções na fonte e créditos de imposto, no montante de 4.727.318 euros.

- (d) Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica inclui 24,4 milhões de euros a receber da PT Portugal referentes a juros de suprimentos concedidos.
- (e) Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica inclui 1.850.426 euros referente ao adiantamento por conta da alienação da participação financeira detida na Previsão, conforme referido na Nota 7.

8.2. Participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe das participações financeiras em entidades subsidiárias e associadas é como segue (Notas 7 e 19):

| Denominação | 2014 | | | 2013 | | | euros |
|---|-------------|----------------------------|--------------------------------------|-------------|----------------------------|--------------------------|--------------------------------------|
| | % detida | Investimento financeiro | Proporção do resultado líquido | % detida | Investimento financeiro | Prestações acessórias | Proporção do resultado líquido |
| SUBSIDIÁRIAS: | | | | | | | |
| Bratel BV (a) | 100,00% | 240.392.818 | (3.863.121.583) | - | - | - | - |
| PT Participações (b) | - | - | 23.841.915 | 100,00% | 2.149.710.675 | - | 277.266.829 |
| PT Portugal (a) | - | - | (7.719.417) | 100,00% | 1.895.140.407 | 3.206.050.000 | (145.759.331) |
| PT Finance (b) | - | - | (1.922.139) | 100,00% | 267.318.693 | - | 15.207.322 |
| PT Brasil (b) | - | - | (869.277) | 99,99% | 183.178.459 | - | 5.800.659 |
| PT Investimentos (b) | - | - | 1.463.719 | 100,00% | 3.238.603 | - | 6.096.493 |
| PT Centro Corporativo (b) | - | - | 1.393.631 | 100,00% | 1.011.096 | - | 922.065 |
| PT Imobiliária (c) | - | - | - | - | - | - | (256.691) |
| Africatel (c) | - | - | - | - | - | - | 78.146.107 |
| PT Compras (c) | - | - | - | - | - | - | 105.282 |
| | | 240.392.818 | (3.846.933.151) | | 4.499.597.933 | 3.206.050.000 | 237.528.735 |
| ASSOCIADAS: | | | | | | | |
| Páginas Amarelas (d) | - | - | - | 19,88% | 888.506 | - | (3.286.477) |
| Yunit© | - | - | - | - | - | - | (162.411) |
| | | | | | 888.506 | | (3.448.888) |
| EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS: | | | | | | | |
| Oi (a) | 32,82% | 483.282.007 | (229.237.095) | - | - | - | - |
| | | 483.282.007 | (229.237.095) | | | | |
| ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA | | | | | | | |
| Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (d) | - | - | - | 82,05% | 1.850.426 | - | 50.017 |
| | | | | | 1.850.426 | | 50.017 |
| | | 723.674.825 | (4.076.170.246) | | 4.502.336.865 | 3.206.050.000 | 234.129.864 |

- (a) Conforme mencionado nas Notas 1 e 7, a PT SGPS adquiriu estas participações financeiras em 2014, a primeira das quais por um montante de 4.195 milhões de euros e a segunda através da subscrição de um aumento de capital pela contribuição em espécie da sua participação de 100% na PT Portugal.
- (b) As participações financeiras nestas empresas foram alienadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no âmbito da reorganização das participações financeiras detidas pela PT SGPS (Nota 1).
- (c) As participações financeiras nestas empresas foram alienadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no âmbito da reorganização das participações financeiras detidas pela PT SGPS (Nota 1).
- (d) A participação financeira detida nesta empresa foi alienada em janeiro de 2014.

8.3. Saldos e transações com partes relacionadas

Além dos saldos devedores e credores incluídos nas rubricas “Saldos com empresas do Grupo”, conforme discriminado acima (Nota 8.1), a Empresa tinha outras contas a receber e a pagar a empresas do Grupo classificadas em outras rubricas do ativo e do passivo. A natureza e o detalhe dos principais saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são conforme segue:

euros

2014

| | Saldos com empresas do Grupo (saldos devedores)(a) | Total de contas a receber | Fornecedores e credores por acrécimos de gastos | Total de contas a pagar |
|-----------------------------------|---|---------------------------------|--|-------------------------------|
| EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS: | | | | |
| PT Portugal | 1.845 | 1.845 | (7.871.258) | (7.871.258) |
| PT Comunicações | 438 | 438 | (42.234) | (42.234) |
| PT Inovação | - | - | (17.651) | (17.651) |
| PT Brasil | 112.596 | 112.596 | 115.540 | 115.540 |
| PT Centro Corporativo | 24 | 24 | (58.892) | (58.892) |
| PT Pro | - | - | (36) | (36) |
| | 114.903 | 114.903 | (7.874.531) | (7.874.531) |

A rubrica do balanço de Outras Contas a pagar no montante de 8.046.329 é composto essencialmente pelo montante a pagar à PT Portugal no valor de 7.871.258, apresentado no quadro acima, respeitando a regularizações no âmbito de pagamentos e reembolsos com a Autoridade Tributária.

euros

2013

| | Saldos com empresas do Grupo (saldos devedores)(a) | Outras contas a receber (b) | Total de contas a receber | Saldos com empresas do Grupo (saldos credores) | Financiamentos obtidos | Fornecedores e credores por acrécimos de gastos | Total de contas a pagar |
|-----------------------|---|-----------------------------------|---------------------------------|---|---------------------------|--|-------------------------------|
| SUBSIDIÁRIAS: | | | | | | | |
| PT Portugal | 1.925.413.570 | 34.914.655 | 1.960.328.225 | - | - | - | - |
| Africateal | 474 | - | 474 | - | - | - | - |
| PT Comunicações | 345.526.081 | 5.318.001 | 350.844.082 | - | - | (105.673) | (105.673) |
| MEO S.A. | - | 40.630 | 40.630 | (18.423.166) | (8.390.143) | (297) | (26.813.606) |
| PT Inovação | 17.802.312 | 242.143 | 18.044.455 | - | - | - | - |
| PT Móveis | 5.644.839 | 4.268 | 5.649.107 | - | - | - | - |
| PT Brasil | 8.677.620 | 27.610 | 8.705.230 | - | - | (747.747) | (747.747) |
| PT Participações | 6.373.532 | 54.545 | 6.428.077 | (3.236.746) | - | - | (3.236.746) |
| PT Centro Corporativo | 44.436.952 | 113.675 | 44.550.627 | - | - | (865.436) | (865.436) |
| PT Sales | 2.694.719 | 76.899 | 2.771.618 | - | - | - | - |
| PT SI | 3.821.101 | 93.348 | 3.914.449 | - | - | - | - |
| PT Contact | 5.961.631 | 68.977 | 6.030.608 | - | - | - | - |
| PT Pro | 6.960.690 | 45.169 | 7.005.859 | - | - | (10) | (10) |
| PT II | 6.632.244 | 15.173 | 6.647.417 | - | - | - | - |
| Outras empresas | 60.424 | 17.926 | 78.350 | (436.091) | - | (547) | (436.638) |
| ASSOCIADAS: | | | | | | | |
| Sportinveste | - | 7.703 | 7.703 | - | - | - | - |
| Yunit | 122.553 | 64.267 | 186.820 | - | - | - | - |
| Outras empresas | 12.836 | - | 12.836 | - | - | (1.848) | (1.848) |
| | 2.380.141.578 | 41.104.989 | 2.421.246.567 | (22.096.003) | (8.390.143) | (1.721.558) | (32.207.704) |

(a) Conforme mencionado acima, os saldos devedores com acionistas e empresas do Grupo em 31 de dezembro de 2013 respeitam essencialmente a financiamentos concedidos e a dívidas no âmbito do RETGS.

(b) Esta rubrica inclui, essencialmente, os encargos financeiros a imputar às participadas, nomeadamente no âmbito dos financiamentos concedidos às mesmas.

Nos exercícios de 2014 e 2013, a natureza e o detalhe das principais transações com empresas do Grupo são conforme segue:

| | 2014 | | | | 2013 | | | |
|-----------------------|---|-----------------------------------|--|-----------------------------|---|-----------------------------------|--|-----------------------------|
| | Juros e rendimentos similares, líquidos | Fornecimentos e serviços externos | Recuperação de encargos relativos a gastos com o pessoal | Outros rendimentos (gastos) | Juros e rendimentos similares, líquidos | Fornecimentos e serviços externos | Recuperação de encargos relativos a gastos com o pessoal | Outros rendimentos (gastos) |
| SUBSIDIÁRIAS: | | | | | | | | |
| Africatel | - | - | - | - | 22.863.720 | - | - | 1.359.207 |
| PT Portugal | 34.401.589 | - | - | - | 83.904.796 | - | - | - |
| PT Comunicações | 4.701.924 | (355.113) | (59.817) | - | 12.092.103 | (348.597) | - | - |
| MEO S.A. | 339.795 | - | - | - | 641.049 | - | - | - |
| PT Contact | - | - | - | - | 573.967 | - | - | - |
| PT Centro Corporativo | 593.367 | (1.289.515) | 272.493 | - | 521.716 | (1.000.592) | 1.148.123 | - |
| PT Sales | 45.852 | - | - | - | 312.834 | - | - | - |
| PT Inovação | - | - | - | - | 1.094.205 | - | - | - |
| Outras empresas | 977.852 | - | - | 69.906 | 886.354 | (368) | 260.866 | 251.337 |
| ASSOCIADAS: | | | | | | | | |
| Sportinveste | - | - | - | - | 32.643 | - | - | - |
| Paginas Amarelas | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras empresas | - | - | (1.840.657) | (1.401) | - | - | (1.873.560) | (1.100.142) |
| | 41.060.379 | (1.644.628) | (1.627.981) | 68.505 | 122.923.387 | (1.349.557) | (464.571) | 510.402 |

8.4. Outras informações

Nos exercícios de 2014 e 2013, as remunerações fixas dos administradores, pagas pelo Grupo PT SGPS, as quais foram estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, ascenderam a 5,02 milhões de euros e 5,52 milhões de euros, respetivamente;

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a receber uma remuneração variável em função da performance alcançada, 50% da qual deve ser paga no ano seguinte e os restantes 50% devem ser pagos 3 anos mais tarde se determinadas medidas de performance forem atingidas. A PT SGPS reconhece anualmente os encargos relativos a estas remunerações variáveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração variável anual referente ao exercício de 2013 paga a 7 administradores totalizou 1,74 milhões de euros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as remunerações variáveis referentes a 2012 pagas a administradores executivos totalizaram 2,2 milhões de euros. Adicionalmente, no exercício de 2014, nos termos da política estabelecida para os administradores executivos, a Portugal Telecom procedeu ao pagamento de um montante de 4,89 milhões de euros a atuais e ex-administradores executivos referentes ao prémio variável de 2010 e o associado à venda da participação da Vivo. Adicionalmente, no âmbito de cessão de funções executivas, foi ainda pago 2,68 milhões de euros, que inclui um montante relativos a prémios diferidos de anos anteriores.

No âmbito da parceria estratégica celebrada com a Oi e a Contax, quatro dos administradores da PT SGPS (cinco em 2013) desempenharam funções executivas nestas empresas (entidades controladas conjuntamente pela Empresa), tendo recebido em 2014 e 2013 uma compensação fixa total nos montantes de 0,72 milhões de reais (0,2 milhões de euros) e 1,02 milhões de reais (0,4 milhões de euros), respetivamente, a qual foi estabelecida pelos órgãos empresariais competentes para o efeito, de acordo com a legislação local.

Em complemento das remunerações acima referidas, os administradores têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os dirigentes da PT SGPS receberam remunerações fixas e variáveis nos montantes de 1,2 milhões de euros e 0,3 milhões de euros, respetivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os dirigentes da PT SGPS receberam remunerações fixas e variáveis nos montantes de 4,4 milhões de euros e 2,2 milhões de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço. Em 31 de dezembro de 2014, a PT SGPS não tem nenhum valor em aberto com os membros do Conselho de Administração ou com o pessoal chave da gestão.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, os honorários pagos ao Revisor Oficial de Contas da PT SGPS ascenderam a 0,26 milhões de euros e correspondem a honorários de auditoria relativo à Portugal Telecom.

Para informação adicional relacionada com as remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos dirigentes, remetemos os leitores para o Relatório do Governo da Sociedade incluído no Relatório Anual.

9. Outros ativos financeiros

A composição dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

| | euros | |
|--|--------------|--------------------|
| | 2014 | 2013 |
| OUTROS ATIVOS FINANCEIROS | | |
| Não Corrente | | |
| Outros | 3.440 | 729 |
| Total não corrente | 3.440 | 729 |
| Corrente | | |
| Investimentos de curto prazo (a) | - | 200.000.000 |
| Total corrente | - | 200.000.000 |
| Total dos outros ativos financeiros | 3.440 | 200.000.729 |

(a) Esta rubrica inclui títulos de dívida emitidos pela Espírito Santo International no montante de 200 milhões de euros, os quais foram subscritos pela PT SGPS em 29 de outubro de 2013 e liquidados na data de vencimento em 29 de janeiro de 2014.

10. Impostos sobre o rendimento

10.1. Enquadramento

Em 2013, as empresas localizadas em Portugal Continental são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa base de 25%, acrescida de (1) uma Derrama Municipal de até um máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, e (2) uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de euros e 7,5 milhões de euros e de 5,0% aplicável sobre o lucro tributável que exceda 7,5 milhões de euros, resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 31,5% para lucros tributáveis superiores a 7,5 milhões de euros.

A partir de 1 de janeiro de 2014, no seguimento da alteração na legislação fiscal aprovada em dezembro de 2013, a taxa de IRC passa para 23%, acrescida da derrama de até um máximo de 1,5% sobre o lucro tributável de IRC e uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável aos lucros tributáveis entre 1,5 milhões de euros e 7,5 milhões de euros, 5,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 7,5 milhões de euros e 35 milhões de euros e 7% aplicável sobre o lucro tributável superior a 35 milhões de euros, resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 31,5% para lucros tributáveis superiores a 35 milhões de euros.

Em 2014 e 2013, a Empresa apurou um prejuízo fiscal em termos individuais, pelo que a Empresa aplicou as taxas de 23,0% e 25,0% para calcular a estimativa de imposto sobre o rendimento, respetivamente.

No cálculo dos resultados tributáveis, aos quais é aplicada a referida taxa de imposto, os gastos e rendimentos não aceites fiscalmente são acrescidos ou deduzidos aos resultados contabilísticos.

No exercício de 2013, a matéria coletável da Empresa foi estimada de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”), abrangendo as seguintes empresas participadas: PT Comunicações, S.A.; Meo – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (anteriormente denominada TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.); PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A.; PT Imobiliária, S.A.; PT Inovação, S.A.; PT Móveis, SGPS, S.A.; PT Pro - Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A.; PT-Sistemas de Informação, S.A.; PT Compras - Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.; PT Participações SGPS, S.A.; PT Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional, S.A.; PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A.; PT Portugal, SGPS, S.A.; PT Sales, S.A.; PT Centro Corporativo, S.A.; Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda; Openidea, Tecnologias de Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.; PT Data Center, S.A.; PT BlueClip, S.A.; e PT Pay, S.A.. Em 2014, em resultado da contribuição das empresas que faziam parte do RETGS para a realização do aumento de capital da Oi, a Empresa deixou de aplicar o RETGS, passando a ser tributada numa base individual.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração da Empresa, suportado nas informações dos seus assessores fiscais, entende que eventuais contingências fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, considerando as provisões constituídas e as expectativas existentes nesta data quanto à resolução das contingências fiscais descritas na Nota 15.

10.2. Impostos diferidos

Na mensuração do gasto relativo aos impostos sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre a base fiscal e contabilística dos ativos e passivos, originadas no exercício ou em exercícios anteriores.

Os movimentos ocorridos nos ativos por impostos diferidos durante os exercícios de 2014 e 2013 foram os seguintes:

| | | | | | euros |
|---------------------|--------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|---------------|
| | | | | | 2014 |
| | Instrumentos financeiros | Outras provisões e ajustamentos | Prejuízos fiscais reportáveis | Outras diferenças temporárias | Total |
| Saldo inicial | 767.953 | 63.007 | 208.418.369 | 2.229.315 | 211.478.644 |
| Aumentos (reduções) | | | | | |
| Resultado líquido | (767.953) | (63.007) | (208.418.369) | (2.229.315) | (211.478.644) |
| Saldo final | - | - | - | - | - |

| | | | | | euros |
|-------------------------------------|--------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| | | | | | 2013 |
| | Instrumentos financeiros | Outras provisões e ajustamentos | Prejuízos fiscais reportáveis | Outras diferenças temporárias | Total |
| Saldo inicial | 2.267.475 | - | 194.508.971 | 2.781.258 | 199.557.704 |
| Aumentos (reduções) | | | | | |
| Resultado líquido | (849.074) | 68.486 | 32.032.734 | (358.089) | 30.894.057 |
| Capital próprio (Nota 14.4) | (583.669) | - | - | - | (583.669) |
| Alteração da taxa de imposto | | | | | |
| Resultado líquido | (66.779) | (5.479) | (18.123.336) | (193.854) | (18.389.448) |
| Saldo final | 767.953 | 63.007 | 208.418.369 | 2.229.315 | 211.478.644 |

As variações nos ativos por impostos diferidos registradas em 2013 por contrapartida do capital próprio foram reconhecidas na rubrica “Outras reservas” (Nota 14.4) e correspondem ao efeito fiscal sobre as variações no justo valor de derivados de taxa de juro classificados como de cobertura de fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais tinham sido originados pelos prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2011, 2012 e 2013 pelo consolidado fiscal da PT SGPS. Em 2014, a Empresa desreconheceu o total dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais, no montante de 208 milhões de euros, uma vez que os mesmos deixaram de ser recuperáveis na sequência da transferência para a Oi das empresas que faziam parte do RETGS e suportavam o reconhecimento desses mesmos prejuízos fiscais.

Os movimentos ocorridos nos passivos por impostos diferidos durante os exercícios de 2014 e 2013 foram os seguintes:

| | | | euros |
|----------------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------|
| | | | 2014 |
| | Instrumentos financeiros | Outras diferenças temporárias | Total |
| Saldo inicial | 13.143.452 | 1.453.206 | 14.596.658 |
| Aumentos (reduções) | | | |
| Resultado líquido | - | (1.453.206) | (1.453.206) |
| Capital próprio | (13.143.452) | - | (13.143.452) |
| Saldo final | - | - | - |

| | euros | | |
|-------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|--------------------|
| | 2013 | | |
| | Instrumentos financeiros | Outras diferenças temporárias | Total |
| Saldo inicial | 14.286.361 | - | 14.286.361 |
| Aumentos (reduções) | | | |
| Resultado líquido | - | 1.579.572 | 1.579.572 |
| Alteração da taxa de imposto | | | |
| Resultado líquido | - | (126.366) | (126.366) |
| Capital próprio (Nota 14.4) | (1.142.909) | - | (1.142.909) |
| Saldo final | 13.143.452 | 1.453.206 | 14.596.658 |

A redução no total dos passivos por impostos diferidos em 2014 reflete essencialmente a reversão de um passivo por imposto diferido de 13.143.452 euros correspondente ao efeito fiscal sobre a opção de conversão do empréstimo convertível (Nota 14.4), uma vez que este financiamento também foi contribuído para a realização do aumento de capital da Oi, em 5 de maio de 2014, motivo pelo qual a Empresa foi tributada neste montante.

10.3. Reconciliação da taxa de imposto

Nos exercícios de 2014 e 2013, a reconciliação entre o montante teórico resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento é como segue:

| | euros | |
|--|--------------------|---------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Resultado antes de impostos | 18.362.716 | 303.042.649 |
| Taxa nominal de imposto | 23,0% | 25,0% |
| Imposto esperado | 4.223.425 | 75.760.662 |
| Reversão do imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais (Nota 10.2) | 208.418.369 | - |
| Diferenças permanentes (a) | (13.504.257) | (90.732.597) |
| Imposto corrente de exercícios anteriores | (3.474.068) | (9.880.543) |
| Prejuízo fiscal apurado no âmbito do RETGS | - | (32.032.734) |
| Alteração na taxa de imposto em vigor em Portugal a partir de 2014 | - | 18.263.082 |
| Outros | (2.217.774) | (143.252) |
| | 193.445.695 | (38.765.382) |
| Imposto sobre o rendimento | | |
| Imposto corrente | (16.579.743) | (27.713.979) |
| Imposto diferido (Nota 10.2) | 210.025.438 | (11.051.403) |
| | 193.445.695 | (38.765.382) |

(a) As diferenças permanentes apresentam a seguinte composição:

| | euros | |
|---|---------------------|----------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Ganho apurado pela Portugal Telecom no aumento de capital da Oi (Nota 19) | (4.565.385.597) | - |
| Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 19) | 4.076.170.245 | (234.161.535) |
| Perdas em ativos não correntes detidos para venda (Nota 22) | 361.986.307 | - |
| Ganhos e perdas na alienação de empresas participadas (Nota 19) | 58.565.856 | - |
| Provisões, ajustamentos e imparidades, líquidos | 9.315.780 | (2.142.669) |
| Encargos com financiamentos não dedutíveis | - | 4.875.215 |
| Reconhecimento de mais-valias diferidas (Nota 19) | - | (68.031.626) |
| Poupança resultante da consolidação fiscal (Nota 19) | - | (61.947.984) |
| Outros | 633.247 | (1.521.789) |
| | (58.714.162) | (362.930.388) |
| Taxa nominal de imposto | 23,0% | 25,0% |
| | (13.504.257) | (90.732.597) |

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos devedores e credores com o Estado e Outros Entes Públicos têm a seguinte composição:

| | euros | | | |
|--|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| | 2014 | | 2013 | |
| | Saldos devedores | Saldos credores | Saldos devedores | Saldos credores |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas | - | 4.576.704 | 49.897.931 | - |
| Retenções de imposto sobre o rendimento | - | 153.738 | - | 16.110 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | - | 183.629 | - | 1.359.758 |
| Segurança Social | - | 110.195 | - | 112.831 |
| Restantes impostos | 2.358 | - | 296.234 | 21.571 |
| | 2.358 | 5.024.266 | 50.194.165 | 1.510.270 |

12. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | euros | |
|--|----------------|-------------------|
| | 2014 | 2013 |
| OUTRAS CONTAS A RECEBER | | |
| Corrente | | |
| Encargos financeiros a faturar | 54.307 | 41.340.734 |
| Outros | 326.170 | 5.314.434 |
| | 380.477 | 46.655.168 |
| Perdas por imparidade acumuladas | (273.944) | (273.944) |
| Total das outras contas a receber | 106.533 | 46.381.224 |

No âmbito do aumento de capital da Oi, os financiamentos intragrupo concedidos a empresas subsidiárias bem como os correspondentes encargos financeiros a faturar foram integralmente liquidados ou transferidos para empresas participadas.

13. Diferimentos

Estas rubricas apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

| | euros | |
|--|--------------|----------------------|
| | 2014 | 2013 |
| GASTOS A RECONHECER | | |
| Corrente | | |
| Juros e outras despesas financeiras | - | 17.361.231 |
| Trabalhos especializados | 153 | - |
| Outros | 4.263 | 265.272 |
| Total corrente dos gastos a reconhecer | 4.416 | 17.626.503 |
| RENDIMENTOS A RECONHECER | | |
| Não corrente | | |
| Mais- valias em transações intra- Grupo (a) | - | 5.821.125.543 |
| Outros | - | 952.641 |
| Total não corrente dos rendimentos a reconhecer | - | 5.822.078.184 |

No final de 2013, visando a concentração empresarial com a Oi (Nota 1), a PT SGPS iniciou um processo de reestruturação das suas participações financeiras com o objetivo de as concentrar direta ou indiretamente na PT Portugal. Neste sentido, foram alienadas diversas participações financeiras para outras empresas do Grupo, tendo as respetivas mais-valias apuradas nestas transações sido diferidas, conforme política contabilística da Empresa. Em 5 de maio de 2014, na sequência da contribuição da totalidade dos negócios da PT SGPS para realização do aumento de capital da Oi, com exceção do próprio investimento na Oi, as mais-valias diferidas foram integralmente revertidas, contribuindo para o ganho apurado no âmbito do aumento de capital da Oi (Nota 19). O movimento nas mais-valias diferidas até 5 de maio de 2014 foi como segue:

| | euros |
|---|----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 5.821.125.543 |
| Movimento na mais- valia diferida associada à alienação da Meo, S.A. (Nota 7) | 209.764.181 |
| Mais valia diferida apurada na venda da PT Finance (Nota 7) | 4.810.767 |
| Mais valia diferida apurada na venda da PT Participações (Nota 7) | 68.685.679 |
| Ajustamento ao preço de venda da Africatel Holdings BV (Notas 1 e 4) | (650.000.000) |
| Saldo em 5 de maio de 2014 (Nota 19) | 5.454.386.170 |

14. Capital próprio

14.1. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Empresa encontrava-se integralmente realizado e ascendia a 26.895.375 euros, estando representado por 896.512.000 ações ordinárias e 500 ações de Categoria A, com o valor nominal de 3 cêntimos de Euro cada.

Na Assembleia Geral de Acionistas da PT SGPS realizada em 26 de julho de 2011, foi aprovada uma alteração aos estatutos da Empresa que eliminou os direitos especiais concedidos às 500 ações de Categoria A (designados por “golden share”). Em consequência desta aprovação, estas ações não atribuem qualquer direito especial.

14.2. Ações próprias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a composição desta rubrica é como segue:

| | euros | |
|--------------------------|--------------------|--------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Contratos de equity swap | 178.071.826 | 178.071.826 |
| Ações detidas pela Oi | - | 159.449.090 |
| | 178.071.826 | 337.520.916 |

Os contratos de *equity swap* foram celebrados pela PT SGPS sobre 20.640.000 ações próprias e reconhecidos como uma aquisição efetiva de ações, tendo originado o registo de um passivo pelo correspondente valor de aquisição, no montante de 178.071.826 euros. Em dezembro de 2011 e 2012, a PT SGPS liquidou antecipadamente os montantes de 84.304.307 euros e 20.557.440 euros, respetivamente, pelo que o montante em dívida em 31 de dezembro de 2013 ascendia a 73.210.079 euros, o qual foi liquidado em 7 de maio de 2014 (Notas 4 e 16).

No âmbito da parceria estratégia celebrada entre a PT SGPS e a Oi, em que estava prevista a aquisição pela Oi de até 10% das ações em circulação da PT SGPS, a Oi concluiu até 31 de dezembro de 2012 a aquisição de 89.651.205 ações da PT SGPS, representativas de 10,0% do capital social. A participação da PT SGPS neste investimento foi classificada como ações próprias no Balanço, no montante de 159.449.089 euros em 31 de dezembro de 2013. Em 5 de maio de 2014, no âmbito do aumento de capital da Oi, a PT SGPS desreconheceu estas ações próprias detidas indiretamente através do investimento na Oi.

14.3. Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Em 31 de dezembro de 2014, a reserva legal encontrava-se integralmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor, ascendendo a 6.773.139 euros.

14.4. Outras reservas

A composição e os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os exercícios de 2013 e 2014 são como segue:

| | euros | | | | | |
|--|--------------------|--|--|---------------------------|--------------------|---------------------|
| | Reservas livres | Opção de conversão das obrigações convertíveis (a) | Reserva de ações próprias canceladas (b) | Swaps de taxa de juro (c) | Ações próprias (d) | Total |
| Saldo em 1 de janeiro de 2013 | 105.209.244 | 42.859.081 | 6.970.320 | (1.751.007) | - | 153.287.638 |
| Variações no justo valor dos swaps de taxa de juro: | | | | | | |
| Ganhos em resultado líquido | - | - | - | 2.334.676 | - | 2.334.676 |
| Efeito fiscal (Nota 10.2) | - | - | - | (583.669) | - | (583.669) |
| Impacto da alteração de taxa de imposto (Nota 10.2) | - | 1.142.909 | - | - | - | 1.142.909 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 105.209.244 | 44.001.990 | 6.970.320 | - | - | 156.181.554 |
| Constituição de reserva para ações próprias | - | - | - | - | 178.071.826 | 178.071.826 |
| Transferência para resultados transitados | - | (44.001.990) | - | - | - | (44.001.990) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 105.209.244 | - | 6.970.320 | - | 178.071.826 | 290.251.390 |

- (a) Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica corresponde ao justo valor da opção de conversão incluída nas obrigações emitidas pela Empresa, no montante de 57.145.442 euros, líquido do correspondente efeito fiscal no montante de 13.143.452 euros (Nota 10.2). Em 2014, uma vez que o respetivo financiamento foi transferido para a PT Finance no âmbito da reorganização societária do Grupo, ambos os montantes foram transferidos para resultados transitados.
- (b) Esta rubrica corresponde a uma reserva indisponível de valor equivalente ao valor nominal das ações canceladas ou ao custo das ações próprias detidas pela Portugal Telecom, tendo um regime jurídico equivalente ao da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta reserva refere-se às ações canceladas em 20 de Dezembro de 2007, 24 de março de 2008 e 10 de dezembro de 2008.
- (c) Em 2013, esta rubrica inclui o efeito das variações no justo valor dos *swaps* de taxa de juro contratados pela Empresa e classificados como de cobertura de fluxos de caixa, líquido do correspondente efeito fiscal. Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa já não tinha em aberto quaisquer instrumentos financeiros derivados.
- (d) Na sequência do exercício físico dos contratos de equity swap sobre 20.640.000 ações próprias (Nota 14.2), a Empresa passou a deter diretamente estas ações em carteira, pelo que, de acordo com a legislação em vigor, constituiu uma reserva indisponível de valor equivalente ao custo de aquisição destas ações.

14.5. Ajustamentos em ativos financeiros

Durante os exercícios de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

| | euros | | | |
|--|-----------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|------------------------|
| | Lucros não atribuídos | Ajustamentos de conversão cambial | Outras alterações no capital próprio | Total |
| Saldo em 1 de janeiro de 2013 | 9.285.607 | (575.313.414) | 149.797.653 | (416.230.154) |
| Equivalência patrimonial (Nota 7) (a) | - | (596.162.828) | (115.146.368) | (711.309.196) |
| Transferência para resultados transitados (b) | - | 54.688.822 | (1.934.485) | 52.754.337 |
| Lucros não atribuídos | (3.810.727) | - | - | (3.810.727) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 5.474.880 | (1.116.787.420) | 32.716.800 | (1.078.595.740) |
| Equivalência patrimonial (Nota 7) (a) | - | 180.718.523 | (479.249.073) | (298.530.550) |
| Transferência para resultados transitados (b) | - | - | (15.858.051) | (15.858.051) |
| Transferência para resultado líquido (Nota 19) | - | (699.696) | - | (699.696) |
| Lucros não atribuídos | (5.474.880) | - | - | (5.474.880) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | - | (936.768.593) | (462.390.324) | (1.399.158.917) |

- (a) Os ajustamentos de conversão cambial registados no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial, os quais ascenderam a ganhos de 180.718.523 euros em 2014 e a perdas de 596.162.828 euros em 2013, estão relacionados essencialmente com o impacto da valorização e desvalorização do Real face ao Euro nos investimentos no Brasil, respetivamente. As outras alterações no capital próprio decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial, as quais ascenderam a perdas de 479.249.073 euros e 115.146.368 euros em 2014 e 2013, respetivamente, incluem essencialmente: (1) a participação efetiva da Empresa nas outras alterações no capital próprio da Oi (471 milhões de euros e 16 milhões de euros, respetivamente); (2) os ganhos e perdas atuariais líquidos reconhecidos pela PT Comunicações no âmbito do cálculo das suas responsabilidades com benefícios de reforma (ganhos de 22 milhões de euros no primeiro trimestre de 2014 e perdas de 140 milhões de euros no exercício de 2013, estas últimas decorrentes essencialmente do impacto da alteração

da idade da reforma de 65 para os 66 anos); e (3) outras alterações no capital próprio de outras empresas participadas. Em 2014, a participação efetiva da PT SGPS nas outras alterações no capital próprio da Oi reflete essencialmente as seguintes perdas registadas por esta empresa diretamente no capital próprio: (i) uma perda de 2.895 milhões de reais (373 milhões de euros correspondentes à participação da Empresa) relativa ao reconhecimento dos investimentos em títulos de dívida da Rio Forte Investments como ações próprias, no seguimento do acordo celebrado entre a Oi e a PT SGPS para a permuta desses títulos de dívida por ações da Oi detidas pela PT SGPS; e (ii) uma perda de 656 milhões de reais (85 milhões de euros correspondentes à participação da Empresa) relativa às perdas atuariais apuradas pela Oi no âmbito dos seus planos de benefícios de reforma, os quais desde 5 de maio de 2014 incluem os planos da PT Comunicações que eram consolidados pela Empresa até essa data.

- (b) Em 2014, estes movimentos correspondem ao valor acumulado das outras variações nos capitais próprios sobre investimentos em empresa, que foram transferidos para resultados transitados decorrente da alienação das respetivas participações. Em 2013, estes movimentos estão relacionados com a realização de reservas de reavaliação pela PT Comunicações.

14.6. Aplicação de resultados

Nos exercícios de 2014 e 2013, a PT SGPS pagou a título de dividendos os montantes de 87.587.250 euros e 284.658.563 euros, respetivamente.

Na Assembleia Geral Anual da PT SGPS de 30 de abril de 2014, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 10,0 cêntimos, o qual foi pago em 30 de maio de 2014, no montante total de 87.587.250 euros relativamente a 875.872.500 ações, o qual inclui 2.076.949 euros (Nota 7) pagos à Telemar Norte Leste relativos à parcela das 89.651.205 ações da PT SGPS detidas por esta entidade, resultando num efeito líquido no capital próprio de 85.510.301 euros.

Na Assembleia Geral Anual da PT SGPS de 19 de abril de 2013, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 32,5 cêntimos, o qual foi pago em 17 de maio de 2013, no montante total de 284.658.563 euros, dos quais foram pagos à Telemar Norte Leste 6.774.269 euros (Nota 7) referentes à parcela das ações detida por esta entidade que corresponde à participação efetiva da PT SGPS na Oi, resultando num efeito líquido no capital próprio de 277.884.294 euros.

Os montantes pagos acima mencionados correspondem ao dividendo unitário pago considerando as 896.512.500 ações emitidas ajustadas por 20.640.000 ações próprias.

15. Provisões

15.1. Movimentos ocorridos nas provisões

Durante os exercícios de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nas provisões foram como segue:

| | | | | | euros |
|--------------------|--------------|------------------------------------|---|---------------------|-------------------|
| | | | | | 2014 |
| | Fiscais | Processos judiciais em curso | Investimentos financeiros negativos | Outras provisões | Total |
| Saldo inicial | 47.656.135 | - | - | 8.061.561 | 55.717.696 |
| Aumentos (Nota 25) | 1.878.172 | 73.500 | - | 27.110.319 | 29.061.991 |
| Reduções | (27.278.736) | - | - | - | (27.278.736) |
| Utilizações | (22.253.213) | - | - | - | (22.253.213) |
| Outros movimentos | - | - | - | (8.061.561) | (8.061.561) |
| Saldo final | 2.358 | 73.500 | - | 27.110.319 | 27.186.177 |

euros

2013

| | Fiscais | Processos judiciais em curso | Outras provisões | Total |
|--------------------|-------------------|------------------------------|------------------|--------------------|
| Saldo inicial | 43.739.020 | 6.563 | 354.841 | 44.100.424 |
| Aumentos | 14.536.191 | - | 8.061.561 | 22.597.752 |
| Reduções | (7.092.008) | (6.563) | - | (7.098.571) |
| Utilizações | (3.527.068) | - | - | (3.527.068) |
| Outros movimentos | - | - | (354.841) | (354.841) |
| Saldo final | 47.656.135 | - | 8.061.561 | 55.717.696 |

Os movimentos ocorridos nas provisões fiscais resultam da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização das contingências fiscais em curso e de pagamentos efetuados relativos a contingências ocorridas em anos anteriores.

Em 2014, a PT SGPS desreconheceu provisões para contingências fiscais no montante de aproximadamente 27 milhões de euros, no âmbito de um acordo celebrado com a Oi em que esta assume responsabilidade pela totalidade das contingências originadas até 5 de maio de 2014, quer estejam relacionadas com empresas que eram participadas da PT SGPS quer estejam relacionadas diretamente com a PT SGPS.

O aumento registado nas outras provisões no montante de 27.110.319 euros (Nota 25) está relacionada com o impacto patrimonial do Contrato de Permuta celebrado com a Oi.

15.2. Processos com perda provável

As provisões fiscais destinavam-se a fazer face a diversas contingências fiscais relacionadas com IRC, IVA e Segurança Social, entre outros impostos e taxas. As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra a Empresa, estimadas com base em informações dos seus advogados.

16. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 apresentam a seguinte composição:

| | 2014 | | 2013 | |
|--|---------------|---------------|----------------------|----------------------|
| | Não corrente | Corrente | Não corrente | Corrente |
| Empréstimos por obrigações convertíveis | - | - | - | 743.576.038 |
| Empréstimos por obrigações não convertíveis | - | - | 400.000.000 | - |
| Sistema de tesouraria centralizada | - | - | - | 8.390.143 |
| Empréstimos bancários | | | | |
| Empréstimos externos | - | - | 466.071.429 | 61.071.429 |
| Empréstimos internos | - | - | 170.000.000 | - |
| Outros empréstimos obtidos | | | | |
| Empréstimos externos | - | - | 1.209.000.000 | - |
| Empréstimos internos | - | - | - | 542.000.000 |
| Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias (Nota 14.2) | - | - | - | 73.210.079 |
| Locação financeira | 49.523 | 54.084 | 230.551 | 205.474 |
| | 49.523 | 54.084 | 2.245.301.980 | 1.428.453.163 |

Em 5 de maio de 2014, a PT SGPS transferiu para a PT Portugal a maioria dos seus financiamentos em dívida pelos respetivos valores nominais, uma vez que esses financiamentos foram incluídos na avaliação da PT

Portugal para efeitos do aumento de capital da Oi. A variação de 3.674 milhões de euros no total da dívida bruta reflete essencialmente os seguintes efeitos (Nota 4): (1) até 5 de maio de 2014, o reembolso dos montantes em dívida no âmbito dos programas de papel comercial, no montante de 398 milhões de euros, (2) a transferência de diversos financiamentos em dívida em 5 de maio de 2014 para outras empresas do Grupo, pelo respetivo valor nominal de 3.200 milhões de euros, e (3) a liquidação dos contratos de *equity swap* em 7 de maio de 2014, pelo montante de 73,2 milhões de euros.

Os pontos abaixo, à exceção do ponto 16.7 respeitam às informações relevantes sobre os passivos de financiamento identificados, por referência a 31 de dezembro de 2013:

16.1. Empréstimos por obrigações convertíveis

Em 2008, a Empresa procedeu à emissão de 15.000 obrigações convertíveis com o valor nominal unitário de 50.000 euros. A emissão foi efetuada por subscrição particular integralmente assegurada pela sua subsidiária PT Finance.

A emissão foi realizada para apoio da emissão de obrigações permutáveis em ações ordinárias da Portugal Telecom, realizada pela PT Finance em julho de 2007, denominada “Euro 750.000.000,00 4.125 per cent Exchangeable Bonds due 2014 exchangeable for new and/or existing ordinary shares of Portugal Telecom, SGPS, SA” (“Exchangeable Bonds”), visando permitir à PT Finance a satisfação de pedidos de conversão que eventualmente sejam formulados pelos investidores titulares das Exchangeable Bonds. As condições desta emissão de obrigações convertíveis replicam por isso os termos das Exchangeable Bonds.

As obrigações convertíveis representam um instrumento financeiro composto, pelo que o justo valor da componente de capital (opção de conversão em ações) foi reconhecido diretamente em capital próprio na data de emissão das obrigações e ascendia a 57.145.442 euros (Nota 14.4), enquanto a componente do passivo financeiro se encontra reconhecida ao custo amortizado.

16.2. Empréstimos por obrigações não convertíveis

Em julho de 2012, a Portugal Telecom lançou uma Oferta Pública de Subscrição de Obrigações, no mercado português, destinada ao público em geral, no âmbito do Euro Medium Term Note Programme (“EMTN”) de 7.500.000.000 euros. O montante desta oferta ascendeu a 400 milhões de euros e foi integralmente subscrito (Nota 4). Estas obrigações têm uma maturidade de quatro anos e vencem juros a uma taxa fixa de 6,25% ao ano, pagos semestralmente.

16.3. Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos bancários incluem: (1) financiamentos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (“BEI”), no montante de 527.142.858 euros incluindo um financiamento de 100.000.000 euros contraído em maio de 2012 e com maturidade em outubro de 2019; e (2) financiamentos

obtidos junto de outra instituição financeira em julho de 2012 e maio de 2013, nos montantes de 100.000.000 euros e 70.000.000 euros (Nota 4) e com maturidades em julho de 2016 e maio de 2017, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, a Portugal Telecom tinha apresentado garantias bancárias a favor do BEI no montante de 491.428.571 euros, relacionadas com os financiamentos acima mencionados.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, a Empresa é mutuária, juntamente com a PT Comunicações e a PT Finance, de uma Credit Facility no montante de 800 milhões de euros com maturidade em junho de 2016.

A Empresa é ainda mutuária, juntamente com a PT Comunicações e a PT Finance, em uma Export Credit Facility no montante total de 180 milhões de euros, com maturidade até 2023. Em 31 de dezembro de 2013, a PT Finance estava a utilizar 400 milhões de euros e 70 milhões de euros das credit facilities acima referidas, respetivamente.

16.4. Outros empréstimos externos

Em 25 de junho de 1999, a Empresa estabeleceu um Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, o qual foi objeto de vários aditamentos e tinha, em 31 de dezembro de 2013, um montante máximo de 3.500.000.000 euros. O contrato vigora até 7 de julho de 2015, sendo renovável automaticamente por sucessivos períodos de 2 anos, até 7 de julho de 2025, exceto se denunciado por qualquer das partes. Em 31 de dezembro de 2013, as emissões efetuadas pela Empresa no âmbito deste programa ascendiam a 1.049.000.000 euros.

Em 1 de junho de 2000, a Empresa estabeleceu um outro Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, o qual foi objeto de vários aditamentos e tinha, em 31 de dezembro de 2013, um montante máximo de 3.000.000.000 euros, vigorando até 1 de junho de 2014, sendo renovável automaticamente por sucessivos períodos de 2 anos, até 1 de junho de 2020, exceto se denunciado por qualquer das partes. Em 31 de dezembro de 2013, as emissões efetuadas pela Empresa no âmbito deste programa ascendiam a 160.000.000 euros.

16.5. Outros empréstimos internos

A Portugal Telecom celebrou diversos programas de papel comercial, no âmbito dos quais tinha emitido um montante total de 542.000.000 euros em 31 de dezembro de 2013, com maturidade entre janeiro e maio de 2014. Adicionalmente, no âmbito destes programas, a Empresa tinha ainda disponível em 31 de dezembro de 2013 um montante de 283 milhões de euros com tomada firme.

16.6. Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias

Esta rubrica respeita a contratos de equity swaps celebrados pela Portugal Telecom sobre 20.640.000 ações próprias, os quais foram reconhecidos como uma aquisição efetiva de ações próprias, originando o registo de um passivo financeiro pelo correspondente custo de aquisição, no montante de 178.071.826 euros (Nota 14.2). Em dezembro de 2011 e 2012, a Portugal Telecom liquidou antecipadamente os montantes de 84.304.307

euros e 20.557.440 euros (Nota 4), respetivamente, pelo que o montante em dívida em 31 de dezembro de 2013 ascendia a 73.210.079 euros.

16.7. Locação financeira

As obrigações com contratos de locação financeira resultam essencialmente da locação de equipamento de transporte, no âmbito dos quais existem geralmente opções de compra no termo dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os bens em regime de locação financeira registados no balanço da Empresa tinham um valor contabilístico de 101.959 euros e 471.941 euros, respetivamente, e correspondem à rubrica de equipamento de transporte dos ativos fixos tangíveis. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a maturidade dos pagamentos mínimos dos contratos de locação financeira era conforme segue:

| | 2014 | | | 2013 | | |
|------------------|----------------|--------------|----------------|----------------|---------------|----------------|
| | Capital | Juros | Total | Capital | Juros | Total |
| Até 1ano | 54.084 | 3.482 | 57.566 | 205.474 | 16.013 | 221.487 |
| Entre 1e 2 anos | 49.523 | 1.373 | 50.896 | 160.827 | 7.030 | 167.857 |
| Entre 2 e 3 anos | - | - | - | 69.724 | 1.514 | 71.238 |
| | 103.607 | 4.855 | 108.462 | 436.025 | 24.557 | 460.582 |

16.8. Outras informações

Em 31 de dezembro de 2013, os principais condicionalismos financeiros (“covenants”) incluídos em contratos de financiamento em que a Empresa intervém eram como segue e respeitam às contas consolidadas:

- **Alteração de controlo**

As obrigações convertíveis, as credit facilities no âmbito das quais a Empresa tinha contraído financiamentos no montante total de 670 milhões de euros e os empréstimos obtidos junto do BEI no montante total de 527 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 estabelecem penalidades no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom. De acordo com os termos e condições destes financiamentos, uma alteração de controlo ocorreria no caso de uma qualquer pessoa ou grupo de pessoas atuando concertadamente adquirir ou controlar mais de 50% dos direitos de voto, quer seja através de capital, de direitos de voto ou dos termos previstos no acordo de acionistas. Em determinados casos, obter o direito de nomear ou remover todos ou a maioria dos administradores da Empresa, ou de dar diretivas relativamente às políticas operacionais e financeiras da Empresa, as quais tenham de ser respeitadas pelos administradores, também são aspetos a considerar como uma alteração de controlo.

As obrigações emitidas pela PT Finance em 2009 (750 milhões de euros), 2011 (600 milhões de euros), 2012 (750 milhões de euros) e 2013 (1.000 milhões de euros) estabelecem penalidades no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom, conforme descrito acima, apenas se em simultâneo a notação de risco da Empresa for reduzida para sub-investment grade ou ocorrer uma redução da notação de risco (no caso da notação de risco já ser anteriormente sub-investment grade) durante o Período de Alteração de Controlo, conforme definido nos termos e condições destas obrigações.

- **Notações de risco**

Determinados empréstimos obtidos junto do BEI, no montante total de 36 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, estabelecem que, caso a notação de risco de longo prazo atribuída à Portugal Telecom pelas agências de risco seja inferior à notação de risco atribuída no momento em que a cláusula foi acordada (BBB- pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch), a Portugal Telecom pode ser chamada a apresentar uma garantia aceitável pelo BEI. Em 31 de dezembro de 2013, o reembolso previsto dos 36 milhões de euros ocorre em 2014.

Em 2011, a Portugal Telecom e o BEI acordaram aumentar o spread desses financiamentos, sem nenhuma outra consequência, em resultado da revisão da notação de risco da Portugal Telecom.

Em 23 de dezembro de 2011, a Moody's anunciou a redução da notação de risco de longo prazo da Portugal Telecom de Baa3 para Ba1. Em 16 de fevereiro de 2012, a S&P anunciou a revisão da notação de risco atribuída à Portugal Telecom, reduzindo a notação de risco de longo prazo de BBB- para BB+, e diminuindo a notação de risco de curto prazo de A-3 para B. No seguimento destes desenvolvimentos, a Portugal Telecom acordou com o BEI constituir um depósito a favor do BEI pelo montante correspondente a uma parcela do valor em dívida no âmbito dos financiamentos que incluem o condicionalismo relativo à notação de risco. O montante depositado nesta conta, no montante de 28 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, será reduzido à medida que os financiamentos sejam reembolsados. A Portugal Telecom e o BEI acordaram ainda que quaisquer revisões adicionais em alta ou em baixa da notação de risco de crédito atribuída à Empresa terão como consequência, respetivamente, reduções ou aumentos no montante depositado, sem qualquer outra consequência, situação aplicável à redução da notação de risco atribuída à Portugal Telecom anunciada pela S&P em 11 de Fevereiro de 2013, de BB+ para BB, com perspetiva negativa.

- **Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas**

Determinadas credit facilities no âmbito das quais a Empresa tinha contraído financiamentos no montante de 670 milhões de euros estabelecem que a Portugal Telecom terá de manter, direta ou indiretamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas "Material Subsidiaries". "Material Subsidiaries" são aquelas empresas cujo ativo bruto seja igual ou superior a 10% do ativo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados.

- **Alienação de Ativos**

Os empréstimos obtidos junto do BEI, no montante de 527 milhões de euros em 31 de dezembro 2013, incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de ativos da Portugal Telecom.

- **Rácios Financeiros**

Determinadas credit facilities, no âmbito das quais a Empresa tinha contraído financiamentos no montante de 670 milhões de euros, preveem a obrigação de assegurar que o rácio "Dívida líquida consolidada/EBITDA" não excede determinados valores.

17. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | euros | |
|-------------------------------------|----------------|------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Fornecedores conta corrente | 984.563 | 7.760.964 |
| Faturas em receção e conferência | - | 78.414 |
| | 984.563 | 7.839.378 |
| Fornecedores de investimento | | |
| Facturas em recepção e conferência | 17.651 | - |
| | 17.651 | - |

18. Credores por acréscimos de gastos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | euros | |
|--|-------------------|-------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Fornecimentos e serviços externos (a) | 19.248.143 | - |
| Encargos com o pessoal | 4.187.317 | 19.189.757 |
| Juros e outras despesas financeiras a liquidar | - | 28.310.621 |
| Outros | - | 533.756 |
| | 23.435.460 | 48.034.134 |

(a) Esta rubrica respeita essencialmente a honorários de consultoria financeira e assessoria legal incorridos no âmbito da operação de concentração empresarial entre a PT SGPS e a Oi.

19. Ganhos/(perdas) em empresas participadas

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | euros | |
|---|--------------------|--------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Ganho apurado pela Portugal Telecom no aumento de capital da Oi (a) | 4.565.385.597 | - |
| Ganhos e perdas em empresas participadas - equivalência patrimonial | | |
| Ganhos | 26.699.265 | 445.574.429 |
| Perdas | (4.102.869.510) | (149.464.910) |
| Ganhos e perdas na alienação de empresas participadas | | |
| Ganhos (Nota 14.3) (b) | 699.696 | 27.964.927 |
| Perdas (Notas 7 e 14.3) (c) | (59.265.552) | - |
| Reconhecimento de mais-valias diferidas (Nota 10.3) | - | 68.031.626 |
| Outros ganhos e perdas em empresas participadas (d) | - | 2.898.158 |
| | 430.649.496 | 395.004.230 |

(a) No âmbito do aumento de capital da Oi, a PT SGPS, direta e indiretamente, apurou um ganho líquido de aproximadamente 827 milhões de euros, o qual reflete essencialmente a diferença entre o justo valor do investimento após o aumento de capital da Oi e o valor contabilístico dos Ativos PT contribuídos para esse aumento de capital, impacto parcialmente compensado pelo efeito de diluição no investimento anteriormente detido na Oi através da Bratel Brasil e pelo efeito de remensuração do anterior investimento na Oi para o justo valor. O ganho líquido atrás mencionado inclui um ganho de 4.565 milhões de euros registado diretamente pela PT SGPS e uma perda de 3.738 milhões de euros registada pela Bratel Brasil. A perda da Bratel Brasil está refletida na participação da PT SGPS nos resultados desta empresa no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme detalhe abaixo. O ganho registado diretamente na PT SGPS reflete a diferença entre (1) o justo valor das ações obtidas pela PT SGPS no aumento de capital da Oi realizada em 5 de maio de 2014, no montante

de 1.854 milhões (Nota 7), e (2) o valor contabilístico dos ativos líquidos contribuídos no aumento de capital da Oi, no montante negativo de 2.870 milhões de euros, incluindo investimentos financeiros líquidos das correspondentes mais-valias diferidas, nos montantes de 2.585 milhões de euros (Nota 7) e 4.454 milhões de euros (Nota 13), respetivamente, cujos efeitos foram ainda parcialmente compensados por (3) uma perda de 159 milhões de euros correspondente ao impacto da anulação das ações próprias associadas à participação recíproca da Oi na PT SGPS.

- (b) Em 2014, esta rubrica corresponde à transferência para resultado líquido do valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial sobre as empresas participadas que foram contribuídas no aumento de capital da Oi. Em 2013, esta rubrica corresponde à mais-valia apurada na alienação da participação financeira na Sportinveste, no montante de 27.964.927 euros (Nota 7).
- (c) Esta rubrica inclui uma perda de 50 milhões de euros (Nota 7) relativa à aquisição da participação que a PT Móveis detinha na Bratel BV e uma perda de 9 milhões de euros (Nota 7) relativa à alienação da participação de 6,55% da Bratel Brasil.
- (d) Em 2013, esta rubrica corresponde a outros ganhos registados com o investimento nas Páginas Amarelas, o qual foi alienado em janeiro de 2014.

Nos exercícios de 2014 e 2013, os ganhos e perdas em empresas participadas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial têm a seguinte composição:

| | euros | |
|---|------------------------|--------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Investimentos financeiros (Nota 7.1) | | |
| Bratel BV (a) | (3.863.121.583) | - |
| Oi, S.A. (a) | (229.237.094) | - |
| PT Participações (b) | 23.841.915 | 277.266.829 |
| PT Portugal (b) | (7.719.417) | (145.759.331) |
| PT Finance | (1.922.139) | 15.207.322 |
| PT Investimentos | 1.463.719 | 6.096.493 |
| PT Centro Corporativo | 1.393.631 | 922.065 |
| PT Brasil | (869.277) | 5.800.659 |
| Africatel | - | 78.146.107 |
| PT Compras | - | 105.282 |
| Previsão | - | 50.017 |
| Yunit | - | (162.411) |
| PT Imobiliária | - | (256.691) |
| Páginas Amarelas | - | (3.286.477) |
| | (4.076.170.245) | 234.129.864 |
| Ganho decorrente do regime de consolidação fiscal (Nota 10.3) (d) | - | 61.947.984 |
| Sportinveste (Nota 10.3) | - | 31.671 |
| | (4.076.170.245) | 296.109.519 |

- (a) Estas rubricas respeitam à participação direta da Empresa nos resultados destas entidades a partir de 5 de maio de 2014, data em que a PT SGPS adquiriu estes investimentos. Os resultados da Bratel BV incluem uma perda de 3.742 milhões de euros apurada no âmbito do aumento de capital da Oi, conforme acima mencionado. Os resultados da Oi foram negativamente afetados por uma perda de 1,3 mil milhões de euros reconhecida de forma a ajustar o valor contabilístico do investimento na PT Portugal, adquirido no âmbito do aumento de capital de 5 de maio, para o respetivo valor recuperável no âmbito do acordo celebrado com a Altice para a alienação dos negócios domésticos da PT Portugal. Esta perda impactou a participação direta e indireta (através da Bratel BV) da Empresa nos resultados da Oi.
- (b) Em 2013, estas rubricas incluem a participação da Empresa nas mais-valias de aproximadamente 34 milhões de euros e 280 milhões de euros apuradas pela PT Comunicações (participada da PT Portugal) e pela PT Participações, respetivamente, no âmbito da alienação da participação total de 28% (3% da PT Comunicações e 25% da PT Participações) detida por estas empresas na Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL, pelo montante global de 443 milhões de dólares americanos, equivalentes a aproximadamente 336 milhões de euros. Em 2014, estas rubricas respeitam à participação da Empresa nos resultados destas entidades até 5 de maio.
- (c) Em 2013, este valor reflete o efeito da dedução do prejuízo fiscal das empresas participadas abrangidas no perímetro de consolidação fiscal da PT SGPS naquela data. Em 2014, conforme referido na Nota 10, a Empresa deixou de utilizar o RETGS, sendo tributada numa base individual.

20. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | euros | |
|------------------------------|-------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Trabalhos especializados (a) | 19.467.487 | 1.786.054 |
| Seguros | 2.397.852 | 493.850 |
| Serviços de suporte | 1.289.506 | 1.000.960 |
| Deslocações e estadas | 366.983 | 245.994 |
| Rendas e alugueres | 355.652 | 348.527 |
| Outros | 300.494 | 2.327.474 |
| | 24.177.974 | 3.922.955 |

(a) O aumento destes custos no exercício de 2014 reflete essencialmente determinados honorários de consultoria financeira e assessoria legal incorridos no âmbito da operação de concentração empresarial entre a PT SGPS e a Oi.

21. Gastos com o pessoal

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | euros | |
|--------------------|---------------------|-------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Remunerações: | | |
| Orgãos sociais (a) | (12.361.531) | 11.283.660 |
| Pessoal | 252.087 | 184.337 |
| Encargos sociais: | | |
| Orgãos sociais | 1.008.368 | 263.605 |
| Pessoal | 58.620 | 47.796 |
| Outros | 107.791 | 148.319 |
| | (10.934.665) | 11.927.717 |

(a) Em 2014, o saldo negativo desta rubrica reflete essencialmente o efeito da reversão parcial da especialização para remunerações variáveis que tinha sido reconhecida em anos anteriores.

22. Aumentos/(reduções) de justo valor

Esta rubrica respeita à variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa em anos anteriores e apresenta a seguinte composição nos exercícios de 2014 e 2013:

| | euros | |
|--|----------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Swaps de taxa de juro | - | (1.084.683) |
| Swap de taxas de juros e divisas | - | 259.095 |
| Perdas em ativos não correntes detidos para venda (Nota 7.2) (i) | (361.986.307) | - |
| | (361.986.307) | (825.588) |

(i) Este valor corresponde essencialmente ao efeito da desvalorização das ações da Oi no âmbito do Contrato de Permuta entre 8 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existiam instrumentos financeiros derivados em aberto.

23. Outros rendimentos e ganhos

Nos exercícios de 2014 e 2013, o detalhe desta rubrica é conforme segue:

| | euros | |
|---|------------------|------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Juros sobre contas a receber | 621.077 | 2.139.864 |
| Diferenças de câmbio favoráveis | 441.382 | 237.962 |
| Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros | - | 1.995.192 |
| Outros | 1.013.644 | 2.174.761 |
| | 2.076.103 | 4.407.915 |

24. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos montantes de 8.533.374 euros e 18.527.976 euros em 2014 e 2013, respetivamente, incluem essencialmente um ajustamento relativo a dívidas a receber da PT Brasil em 2014, no montante de 8 milhões de euros, e uma imparidade sobre o investimento nas Páginas Amarelas registada em 2013, no montante de 16 milhões de euros em 2013 (Nota 7).

25. Juros e rendimentos/gastos similares

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | euros | |
|--|----------------------|----------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | |
| Juros obtidos (a) | 46.273.457 | 146.742.003 |
| Diferenças de câmbio favoráveis (b) | 15.685.511 | 3.728.718 |
| Dividendos recebidos (Nota 4) | - | 42.341 |
| Outros | 851.096 | 2.943.658 |
| | 62.810.064 | 153.456.720 |
| Juros e gastos similares suportados | | |
| Juros suportados (a) | (52.511.686) | (141.654.282) |
| Comissões e outros encargos bancários | (10.661.846) | (25.949.895) |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis (b) | (15.998.818) | (18.961.761) |
| Outros (c) | (33.415.208) | (9.111.254) |
| | (112.587.558) | (195.677.192) |

(a) Em 2014 e 2013, o detalhe dos juros obtidos e suportados é conforme segue:

| | euros | |
|---|---------------------|----------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Juros obtidos | | |
| Financiamentos concedidos a empresas do Grupo | 41.071.797 | 136.937.649 |
| Depósitos a prazo | 2.963.963 | 3.872.250 |
| Outras aplicações | 2.120.833 | 5.145.833 |
| Outros | 116.864 | 786.271 |
| | 46.273.457 | 146.742.003 |
| Juros suportados | | |
| Empréstimos bancários | (26.617.550) | (75.419.565) |
| Empréstimos obrigacionistas | (25.889.320) | (66.076.374) |
| Outros | (4.816) | (158.343) |
| | (52.511.686) | (141.654.282) |

Em 2014, esta rubrica respeita a um período de apenas 4 meses uma vez que os suprimentos e empréstimos bancários e obrigacionistas foram transferidos em 5 de maio para empresas participadas.

- (b) Em 2013, o efeito líquido desta rubrica inclui perdas de 13.999.799 euros (Nota 4) relacionados com a atualização cambial de um financiamento concedido à Africatel denominado em Dólares, o qual foi transferido para a PT Participações no final de 2013, no âmbito da alienação da participação financeira nesta entidade (Nota 7).
- (c) Em 2014, esta rubrica inclui uma provisão no montante de 27.110.319 euros (Nota 15) relacionada com o impacto patrimonial do Contrato de Permuta celebrado com a Oi.

26. Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação nos exercícios de 2014 e 2013 foi calculado da seguinte forma:

| | euros | |
|---|----------------------|--------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Resultado líquido | (175.082.979) | 341.808.031 |
| Juros de obrigações convertíveis (líquido de imposto) | 10.866.947 | 30.807.282 |
| Resultado líquido diluído | (164.216.032) | 372.615.313 |
| Número médio ponderado de ações em circulação | 868.759.659 | 855.053.670 |
| Efeito das obrigações convertíveis | 28.827.084 | 84.175.084 |
| Número médio ponderado de ações em circulação, diluído | 897.586.743 | 939.228.754 |
| Resultado líquido por ação básico | - 0,20 | 0,40 |
| Resultado líquido por ação diluído | - 0,20 | 0,40 |

Em 2014, não há situações que originem um efeito de diluição, pelo que o resultado líquido diluído por ação é o mesmo que o resultado básico por ação. Em 2013 os efeitos dilutivos correspondem ao impacto das obrigações convertíveis emitidas pela Empresa em 2008.

27. Garantias

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa tinha apresentado as seguintes garantias e fianças a favor de terceiros:

| | euros | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Garantias bancárias apresentadas pela empresa a favor de terceiros: | | |
| Administração fiscal (i) | 354.377.134 | 316.520.569 |
| Comissão Europeia (ii) | 12.843.050 | - |
| Kenya Postel Directories | - | 300.000 |
| Tribunais | - | 12.566.525 |
| Total das garantias bancárias apresentadas | 367.220.184 | 329.387.094 |
| Fianças e avales a favor de terceiros: | | |
| Fiança ao Serviço de Finanças de Lisboa | 24.098.994 | 24.321.484 |
| Outras | 5.838.549 | 638.360 |
| Total das fianças e avales | 29.937.544 | 24.959.844 |

- (i) As garantias bancárias e fianças apresentadas a favor das autoridades fiscais incluem 378 milhões de euros relacionados com liquidações fiscais recebidas pela Portugal Telecom. A Empresa impugnou judicialmente estas liquidações e, de acordo com a legislação portuguesa, prestou garantia, a fim de evitar a instauração de processo executivo, que, na ausência de garantia ou de pagamento do imposto impugnado, prosseguiria até à penhora de bens suficientes para satisfazer o imposto liquidado. A lei portuguesa, embora permitindo sempre a impugnação dos impostos liquidados oficiosamente pela administração fiscal, só suspende o processo executivo se houver pagamento do imposto ou prestação de garantia. A prestação de garantia evita assim o pagamento do imposto antes da decisão da impugnação ou a

penhora de bens em processo executivo. Estas garantias foram apresentadas pela PT SGPS como sociedade dominante do consolidado fiscal nos anos em causa, embora a 31 de dezembro de 2014 as contingências associadas a estas garantias não sejam responsabilidade da Empresa, tendo sido transferidas para a Oi (Nota 16).

- (ii) Em 31 de dezembro de 2014, estas garantias bancárias foram apresentadas pela PT SGPS à Comissão Europeia por alegada violação do artigo 101 do TFEU, traduzida num suposto compromisso de não concorrência no mercado ibérico entre a PT SGPS e a Telefónica.

No âmbito dos acordos celebrados com a Oi, a Oi encontra-se obrigada a substituir as garantias bancárias prestadas pela PT SGPS à Autoridade Tributária e à Comissão Europeia por garantias prestadas pela Oi. Nos casos em que não seja possível esta substituição por exigência da contraparte, a Oi comprometeu-se a prestar garantias equivalentes em favor da PT SGPS.

28. Acionistas com participações qualificadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Empresa não identificou entidades que de acordo com o previsto na IAS 24 sejam classificadas como partes relacionadas, com exceção das empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos atrás mencionadas. Não obstante, a Empresa entende ser relevante a divulgação dos saldos em dívida e transações realizadas com os seus principais acionistas, nomeadamente aqueles com uma participação qualificada acima de 2% no capital social da PT SGPS, e com todas as entidades reportadas por esses acionistas como suas partes relacionadas. As tabelas abaixo apresentam os saldos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações ocorridas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 entre o Grupo PT SGPS e essas entidades identificadas como partes relacionadas:

| Acionista | 31 dez 2014 | | | | 31 dez 2013 | | |
|-----------------------|-----------------------|------------------|-------------------|-------------------|---------------------------|------------------------------|------------------------------------|
| | Equivalentes de caixa | Contas a pagar | Contas a receber | Contas a pagar | Equivalentes de caixa (i) | Investimentos de curto prazo | Empréstimos e financiamentos (iii) |
| Novo Banco, S.A. (iv) | 371.430 | 5.755.946 | - | - | - | - | - |
| Grupo BES (iv) | - | - | 1.428.622 | - | 1.402.888.437 | (ii) | 14.517.265 |
| Morgan Stanley | - | 3.250.000 | - | - | - | - | - |
| Visabeira | - | - | 34.768.339 | 20.322.411 | - | - | - |
| Controlinveste | - | - | 463.937 | 8.545.056 | - | - | - |
| RS Holding | - | - | 268.962 | 389.724 | - | - | - |
| | 371.430 | 9.005.946 | 36.929.860 | 29.257.191 | 1.402.888.437 | - | 14.517.265 |

- (i) Os equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2013 incluem essencialmente depósitos a prazo no Banco Espírito Santo e no Banco Espírito Santo Investimento.
- (ii) Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 estavam em balanço 750 milhões de euros de títulos de dívida emitidos pela Espírito Santo International (Nota 17), subscritos junto do BES, os quais foram reembolsados em fevereiro de 2014 e os montantes recebidos reinvestidos em títulos de dívida emitidos pela Rio Forte, conforme a descrição abaixo e na Nota 1 no montante total de 897 milhões de euros, que foram transferidos para a Oi em 5 de maio de 2014.
- (iii) Adicionalmente ao montante incluído nesta rubrica, a PT SGPS emitiu papel comercial no montante de 200 milhões de euros em que o Banco Espírito Santo atuou como agente e colocador do papel comercial.
- (iv) A partir de 3 de agosto de 2014 a participação qualificada na PT SGPS, anteriormente detida ou imputada ao Banco Espírito Santo, S.A. passou a ser detida ou imputada ao Novo Banco, S.A.

| | 2014 (i) | | | 2013 | | |
|-----------------------|-------------------|-------------------|------------------------|-------------------|--------------------|------------------------|
| Adcionista | Receitas e ganhos | Custos e perdas | Juros obtidos líquidos | Receitas e ganhos | Custos e perdas | Juros obtidos líquidos |
| Novo Banco, S.A. (ii) | - | 570.311 | - | - | - | - |
| Grupo BES (ii) | 4.667.477 | 13.065.743 | 13.772.609 | 15.631.326 | 14.769.075 | 39.046.876 |
| Morgan Stanley | - | 3.250.000 | - | - | - | - |
| Visabeira | 2.245.730 | 22.608.561 | - | 11.290.365 | 79.668.692 | - |
| Controlinveste | 712.744 | 19.898.270 | - | 2.469.041 | 47.360.248 | - |
| RS Holding | 143.861 | 1.228.160 | - | 507.475 | 2.930.813 | - |
| UBS | - | - | (15.000) | 39 | - | (45.000) |
| | 7.769.812 | 60.621.045 | 13.757.609 | 29.898.246 | 144.728.828 | 39.001.876 |

- (i) Conforme referido acima, esta rubrica reflete essencialmente as transações ocorridas até 5 de maio de 2014, uma vez que a partir dessa data a PT SGPS deixou de controlar as entidades contribuídas no aumento de capital da Oi e que constituíam a contraparte na maioria das transações com acionistas com participações qualificadas.
- (ii) A partir de 3 de agosto de 2014 a participação qualificada na PT SGPS anteriormente detida ou imputada ao Banco Espírito Santo, S.A. passou a ser detida ou imputada ao Novo Banco, S.A.

Adicionalmente, no decorrer de fevereiro de 2014, determinadas empresas, então parte do Grupo PT SGPS, procederam à subscrição junto do BES, então acionista da PT, de títulos de curto prazo (entre 50 a 70 dias) comercializados por esta entidade e cujo emitente era a Rio Forte, uma entidade relacionada com o Grupo BES (apesar de não estar incluída entre as entidades reportadas pelo BES como integrando o respetivo grupo económico). O valor nominal dos referidos títulos totalizou 897 milhões de euros. Estes títulos venceram-se no decorrer de abril de 2014, recebendo-se integralmente os juros vencidos nessa data. O valor nominal destes títulos foi reinvestido junto do Banco Espírito Santo novamente em instrumentos emitidos pela Rio Forte, comercializados pelo referido banco, nos seguintes termos:

- Em 15 de abril de 2014, a PT Finance subscreveu 647 milhões de euros em títulos (“Notes”) que se venceram a 15 de julho de 2014. Os termos e condições desta operação definem os títulos como dívida não garantida e não subordinada (“unsecured and unsubordinated”), estando pari passu em termos de pagamento com a restante dívida não garantida e não subordinada do emitente. A rentabilidade definida correspondeu a 3,75% per annum (Base Atual/360). O foro definido para qualquer litígio é o Luxemburgo;
- Em 15 de abril de 2014, a PT SGPS subscreveu 200 milhões de euros em títulos (“Notes”) que se venceram a 15 de julho de 2014. Com efeitos a 5 de maio de 2014, esta posição foi transferida para a PT Portugal, no âmbito do processo de passagem de todos os ativos e passivos diretamente detidos pela PT para a PT Portugal para fins da contribuição desta no Aumento de Capital da Oi. Estas emissões foram feitas através de oferta particular comercializada pelo Banco Espírito Santo, ao abrigo de prospeto preparado pelo emitente, datado de 21 de setembro de 2012 e aprovado pela Commission de Surveillance du Secteur Financier luxemburguesa, designado por “Eur 1,000,000,000 Euro Medium Term Note Programme”. Os termos e condições desta operação definem os títulos como dívida “Senior”, não garantida e não subordinada (“unsecured and unsubordinated”), estando pari passu em termos de pagamento com a restante dívida não garantida e não subordinada do emitente. A rentabilidade definida correspondeu a 3% per annum (Base Atual/360). O foro definido para qualquer litígio é o Luxemburgo; e
- Em 17 de abril de 2014, a PT Finance subscreveu 50 milhões de euros em títulos (“Notes”) que se venceram a 17 de julho de 2014. Esta emissão foi realizada através de oferta particular comercializada

pelo Banco Espírito Santo, ao abrigo de prospeto preparado pelo emitente, datado de 21 de setembro de 2012 e aprovado pela Commission de Surveillance du Secteur Financier luxemburguesa, designado por “Eur 1,000,000,000 Euro Medium Term Note Programme”. Os termos e condições desta operação definem os títulos como dívida “Senior”, não garantida e não subordinada (“unsecured and unsubordinated”), estando pari passu em termos de pagamento com a restante dívida não garantida e não subordinada do emitente. A rentabilidade definida correspondeu a 3,75% per annum (Base Atual/360). O foro definido para qualquer litígio é o Luxemburgo.

Estes instrumentos de dívida foram contribuídos no âmbito do Aumento de Capital da Oi entre os ativos contribuídos pela PT SGPS no âmbito do aumento de capital da Oi, tendo em 15 e 17 de julho de 2014 ocorrido o vencimento dos referidos instrumentos, sem que a emitente tenha liquidado as suas obrigações. Descrevem-se na Introdução às Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas as vicissitudes ocorridas em relação aos referidos instrumentos, bem como os acordos celebrados com a Oi tendo por objeto a permuta dos mesmos por parte das ações subscritas pela PT no Aumento de Capital da Oi.

29. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

Conforme explicado em maior detalhe na Nota 1, a CVM aprovou em 4 de março de 2015 os contratos de permuta de ações e de opção de compra de ações celebrados entre a Empresa e a Oi, PT Portugal e PT Finance, tendo os mesmos sido subseqüentemente aprovados em sede de Assembleia Geral de Acionistas da Oi realizada no dia 26 de março de 2015. O contrato de permuta foi executado em 30 de março de 2015, pelo que a partir desta data a PT SGPS passou a deter os títulos de dívida emitidos pela Rio Forte, cujo valor nominal ascende a 897 milhões de euros, tendo reduzido a sua participação direta e efetiva na Oi de 35,8% para 22,8% e de 39,7% para 27,5%, respetivamente.

Em 31 de março de 2015, o Conselho de Administração da PT SGPS concluiu as negociações com os demais acionistas de referência da Oi no sentido de celebrar um novo acordo entre as partes em relação ao modelo de estrutura societária e de governo da Oi, cujas principais características se encontram descritas na Nota 1.

Abaixo encontra-se a evolução do valor da cotação da Oi entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de março de 2015:

| | Preço por ação | |
|-----------------------|----------------|--------------|
| | 2014 | 2015 |
| | 31.12 | 31.03 |
| Cotação Oi ON (Reais) | 9,15 | 5,14 |
| Cotação Oi FN (Reais) | 8,61 | 5,13 |
| Câmbio Real/Euro | 3,2207 | 3,4958 |
| Cotação Oi ON (Euros) | 2,84 | 1,47 |
| Cotação Oi FN (Euros) | 2,67 | 1,47 |

3. Participações Qualificadas

Nos termos do Regulamento nº 5/2008 da CMVM, presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas e posições económicas longas detidas por terceiros no capital social da PT de que a sociedade foi informada por referência a 31 de dezembro de 2014 ou a data anterior conforme indicado:

- > A 12 de novembro de 2014, a PT informou que, a 31 de outubro de 2014 eram imputadas ao Novo Banco 112.702.533 ações representativas de 12,6% dos direitos de voto do capital social da PT, conforme descrito na tabela seguinte:

| Entidades | Nº ações |
|---|-------------|
| Ações detidas por sociedades em relação de domínio ou de grupo com o Novo Banco, S.A. | 137.447 |
| Ações detidas pelo Novo Banco, S.A. | 112.564.086 |
| Ações detidas por dirigentes e elementos dos Órgãos Sociais | 868 |
| Total | 112.702.533 |

- > A 21 de agosto de 2014, a PT informou que era imputável à Ongoing – Strategy Investments, SGPS, S.A. (“Ongoing”) uma participação qualificada e posição económica longa correspondentes a 90.111.159 ações da PT, correspondentes a 10,05% do respetivo capital social e direitos de voto, nos seguintes termos:
 - a) 57.539.969 ações ordinárias representativas de 6,41% do capital social da PT e correspondentes direitos de voto detidas pela Nivalis Holding B.V. (“Nivalis”) e imputáveis à Ongoing nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários;
 - b) 10.000.000 ações ordinárias representativas de 1,12 % do capital social da PT e correspondentes direitos de voto imputáveis à Nivalis nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários e à Ongoing nos termos das alíneas b) e i) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários;
 - c) 22.560.000 ações ordinárias representativas de 2,51% do capital social da PT e correspondentes direitos de voto imputáveis à Ongoing nos termos de um contrato de Swap, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

A PT foi ainda informada de que a participação da Nivalis era igualmente imputada, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, à sociedade Insight Strategic Investments, SGPS, S.A. (“Insight”), a qual detinha uma participação correspondente a 62,55% dos direitos de voto na Nivalis, sendo a Ongoing a acionista maioritária da Insight. Acresce que os votos imputáveis à Nivalis, à Insight e à Ongoing eram também imputáveis à sociedade RS Holding, SGPS, S.A. (“RS Holding”), a acionista maioritária da Ongoing, e à Senhora D. Isabel Rocha dos Santos, a acionista maioritária da RS Holding.

Por seu turno, o Dr. Nuno Rocha dos Santos Almeida Vasconcellos, membro do Conselho de Administração da Insight, da Ongoing e da RS Holding, detinha 11.190 ações ordinárias representativas de 0,001% do capital social da PT e correspondentes direitos de voto, que eram também imputáveis àquelas sociedades, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, e à Senhora D. Isabel Rocha dos Santos, nos termos das alíneas b) e i), ambas do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

- > A 31 de maio de 2012, a PT divulgou que a Telemar Norte Leste SA (“TMAR”) detinha uma participação qualificada correspondente a 89.651.205 ações da PT, representativas de 10,0% do respetivo capital social e direitos de voto. O único acionista da TMAR é a OI, S.A., a qual é diretamente controlada pela Telemar Participações S.A. Por sua vez, a Telemar Participações S.A. é conjuntamente controlada pelas seguintes entidades: AG Telecom Participações, S.A., L.F. Tel S.A., Fundação Atlântico de Seguridade Social, BNDES Participações S.A. - BNDESPar., Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS e Bratel Brasil, S.A.

- > A 6 de fevereiro de 2012, a PT divulgou que o Norges Bank detinha uma participação qualificada correspondente a 44.442.888 ações da PT, representativas de 4,96% do capital social e dos correspondentes direitos de voto.
- > A 5 de dezembro de 2014, a PT informou que a UBS AG detinha uma participação qualificada na PT correspondente a 31.888.104 ações, representativas de 3,56% do respetivo capital social e direitos de voto, de acordo com o quadro seguinte:

| Entidades | Nº ações |
|---|-------------------|
| UBS AG | 26.155.158 |
| CCR Asset Management | 58.500 |
| UBS Financial Services Inc. | 424.749 |
| UBS Fund Management (Switzerland) AG | 165.048 |
| UBS Fund Services (Luxembourg) SA | 4.667.275 |
| UBS Global Asset Management (Australia) | 12.538 |
| UBS Global Asset Management (Japan)Ltd | 164.084 |
| UBS Global Asset Management (Singapore) Ltd | 27.438 |
| UBS Global Asset Management (UK) Ltd | 40.728 |
| UBS Global Asset Management Life Ltd | 172.586 |
| Total | 31.888.104 |

- > No dia 2 de janeiro de 2014 a PT divulgou que era imputável ao Grupo Visabeira SGPS, S.A. ("Grupo Visabeira", empresa detida em 77,85% pelo Senhor Engenheiro Fernando Campos Nunes) uma participação qualificada de 23.642.885 ações da PT, representativas de 2,637% do respetivo capital social e direitos de voto, nos seguintes termos:

| Entidades | Nº ações |
|---|-------------------|
| Grupo Visabeira | 11.523.213 |
| Visabeira Estudos e Investimentos, S.A., (empresa detida em 100% pela Visabeira Participações Financeiras, SGPS, S.A., que por sua vez era detida em 100% pelo Grupo Visabeira) | 12.119.672 |
| Total | 23.642.885 |

A PT foi ainda informada de que uma participação correspondente a 78,2642% do capital social do Grupo Visabeira e correspondes direitos de voto é detida diretamente pela sociedade NCFGEST, SGPS, S.A., a qual é detida a 100% pelo Senhor Engenheiro Fernando Campo Nunes, pelo que a participação qualificada do Grupo Visabeira é igualmente imputável a estas entidades.

- > A 3 de fevereiro de 2010, a PT informou que a Controlinveste International Finance, S.A. detinha uma participação qualificada na PT de 20.419.325 ações, representativas de 2,28% do capital social e dos respetivos direitos de voto.

A PT foi informada de que a Controlinveste International Finance, S.A. era integralmente detida pela Controlinveste International, S.à.r.l., que era detida pela Controlinveste Comunicações, SGPS, S.A. e pela Olivedesportos – Publicidade, Televisão e Media, S.A., sendo a Controlinveste Comunicações, SGPS, S.A. integralmente detida pela Olivedesportos – Publicidade, Televisão e Media, S.A., a qual era, por sua vez, integralmente detida pela Sportinveste, SGPS, S.A. Esta última sociedade era integralmente detida pela Controlinveste, SGPS, S.A., que era, por sua vez, integralmente detida pelo Senhor Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira, ao qual continuavam a ser imputáveis, nos termos do nº 1 do artigo 20º do CVM, os direitos de voto correspondentes à referida participação social de 20.419.325 ações da PT representativas de 2,28% do respetivo capital social.

A 24 de fevereiro de 2015, a PT informou ainda que passou a ser imputável a estas entidades uma participação social inferior a 2% do capital social da PT e correspondentes direitos de voto.

- > A 6 de maio de 2014, a PT divulgou que o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP na qualidade de entidade gestora do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social detinha uma participação qualificada correspondente 20.260.743 ações ordinárias representativas de 2,26% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto.

A 17 de março de 2015, a PT informou ainda que o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP passou a deter uma participação social inferior a 2% do capital social da PT SGPS e correspondentes direitos de voto.

- > A 18 de novembro de 2014, a PT divulgou que a Morgan Stanley detinha uma participação qualificada na PT correspondente a 19.400.557 ações, representativas de 2,16% do respetivo capital social e direitos de voto, de acordo com o quadro seguinte:

| Entidades | Nº ações |
|--|-------------------|
| Morgan Stanley & Co. International plc | 15.002.334 |
| Morgan Stanley & Co. LLC | 4.249.518 |
| Morgan Stanley Smith Barney LLC | 148.705 |
| Total | 19.400.557 |

A 3 de fevereiro de 2015, a PT divulgou que a Morgan Stanley detinha uma participação qualificada na PT correspondente a 30.566.011 ações, representativas de 3,41% do respetivo capital social e direitos de voto, de acordo com o quadro seguinte:

| Entidades | Nº ações |
|--|-------------------|
| Morgan Stanley & Co. International plc | 29.274.820 |
| Morgan Stanley & Co. LLC | 1.147.850 |
| Morgan Stanley Smith Barney LLC | 143.341 |
| Total | 30.566.011 |

A PT foi igualmente informada de que a Morgan Stanley controla a Morgan Stanley & Co. International plc, a Morgan Stanley & Co. LLC e a Morgan Stanley Smith Barney LLC, através das seguintes cadeias de entidades:

- > Morgan Stanley & Co. International plc: Morgan Stanley International Holdings Inc., Morgan Stanley International Limited, Morgan Stanley Group (Europe), Morgan Stanley UK Group e Morgan Stanley Investments (UK);
- > Morgan Stanley & Co. LLC: Morgan Stanley Capital Management LLC e Morgan Stanley Domestic Holdings Inc;
- > Morgan Stanley Smith Barney LLC: Morgan Stanley Capital Management LLC, Morgan Stanley Domestic Holdings Inc. e Morgan Stanley Smith Barney Holdings LLC.

4. Informação a Prestar nos Termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

1. Número de ações e de obrigações emitidas pela PT e por sociedades que com esta se encontram em relação de domínio ou de grupo de que são titulares os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da PT, a 31 de Dezembro de 2014:

Conselho de Administração (incluindo membros da Comissão de Auditoria)

Henrique Granadeiro é titular de 150 ações da PT. Henrique Granadeiro renunciou ao respetivo cargo de Presidente da PT do Conselho de Administração, conforme carta de renúncia datada de 7 de agosto de 2014.

Alfredo José Silva de Oliveira Baptista é titular de 8.193 ações da PT.

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires é titular de 3.242 ações da PT. Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires era membro do Conselho de Administração do BES que a 30 de junho de 2014 detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 90.056.087 ações da PT representativas de 10,05% do capital social e dos direitos de voto da PT. Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires renunciou ao respetivo cargo de Administrador não executivo da PT a 30 de julho de 2014.

Carlos Alves Duarte é titular de 40 ações da PT. Apresentou renúncia ao respetivo cargo de Administrador da PT, conforme carta de renúncia datada de 28 de novembro de 2014.

Eurico de Jesus Teles Neto não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Foi cooptado administrador da PT, a 16 de outubro de 2015.

Fernando Magalhães Portella não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Fernando Magalhães Portella é membro do Conselho de Administração da Oi que a 30 de junho de 2013 detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 89.651.205 ações da PT representativas de 10,00% do capital social e dos direitos de voto da PT. Fernando Magalhães Portella renunciou ao respetivo cargo de Administrador não executivo da PT, conforme carta de renúncia datada de 30 de junho de 2014.

Francisco Teixeira Pereira Soares não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Francisco Teixeira Pereira Soares apresentou renúncia ao respetivo cargo de Administrador da PT, conforme carta de renúncia datada de 27 de fevereiro de 2015.

Francisco Ravara Cary é titular de 20.000 ações da PT. Foi cooptado como administrador não executivo da PT, a 16 de setembro de 2014.

Gerald Stephen McGowan é titular de 60.000 ações da PT.

João Manuel de Mello Franco é titular de 12.986 ações da PT. O cônjuge é titular de 322 ações da PT.

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes é titular de 2.437 ações da PT. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes era membro do Conselho de Administração do BES que a 30 de junho de 2014 detinha uma participação qualificada equivalente a um total de 90.056.087 ações da PT representativas de 10,05% do capital social e dos direitos de voto da PT. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes renunciou ao respetivo cargo de Administrador não executivo da PT a 4 de agosto de 2014.

José Guilherme Xavier de Basto não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Jorge Freire Cardoso não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Foi nomeado administrador da PT, a 5 de novembro de 2014.

Luís Pacheco de Melo é titular de 45 ações da PT. Apresentou renúncia ao respetivo cargo de Administrador da PT, conforme carta de renúncia datada de 18 de março de 2015.

Manuel Rosa da Siva é titular de 90 ações da PT. Apresentou renúncia ao respetivo cargo de Administrador da PT, conforme carta de renúncia datada de 28 de novembro de 2014.

Marco Norci Schroeder não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Foi cooptado administrador da PT, a 16 de outubro de 2014.

Maria Helena Nazaré não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Maria Helena Nazaré apresentou renúncia ao respetivo cargo de Administradora da PT, conforme carta de renúncia datada de 31 de março de 2015.

Mário João de Matos Gomes não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Milton Almicar Silva Vargas não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos é titular de 11.190 ações da PT. Nuno de Almeida e Vasconcellos é Presidente do Conselho de Administração da RS Holding. SGPS. S.A. que em 30 de junho de 2014 detinha uma participação qualificada de 90.111.159 ações ordinárias da PT correspondente a 10,05% do respetivo capital social e direitos de voto.

Otávio Marques de Azevedo não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Otávio Marques de Azevedo é Presidente do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A. holding controladora da Oi que detém uma participação qualificada correspondente a um total de 89.651.205 ações ordinárias da PT representativas de 10,0% do capital social e respetivos direitos de voto. Otávio Marques de Azevedo renunciou ao respetivo cargo de Administrador não executivo, conforme carta de renúncia datada de 30 de junho de 2014.

Paulo José Lopes Varela é titular de 7.134 ações da PT. Paulo José Lopes Varela é membro do Conselho de Administração do Grupo Visabeira que detém uma participação qualificada de 23.642.885 ações ordinárias da PT correspondente a 2,64% do respetivo capital social e direitos de voto. Paulo José Lopes Varela apresentou renúncia ao respetivo cargo de Administrador, conforme carta de renúncia datada de 16 de março de 2015.

Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão é titular de 758 ações da PT. Apresentou renúncia ao respetivo cargo de Administrador da PT, conforme carta de renúncia datada de 28 de novembro de 2014.

Rafael Luís Mora Funes não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo o cônjuge titular de 501 ações da PT. Rafael Luís Mora Funes é membro do Conselho de Administração da RS Holding. SGPS. S.A. que em 30 de junho de 2014 detinha uma participação qualificada de 90.111.159 correspondente a 10,05% do capital social e dos direitos de voto.

Rolando António Durão Ferreira de Oliveira é titular de 5.000 ações da PT. Foi nomeado administrador não executivo da PT, a 16 de setembro de 2014.

Shakhaf Wine não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Revisor Oficial de Contas

Pedro João Reis de Matos Silva e João Paulo Raimundo Henriques Ferreira, sócios que representaram a Sociedade Revisora Oficial de Contas da PT SGPS relativamente ao exercício de 2014, não são titulares de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

2. Transações sobre ações e obrigações emitidas pela PT, ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, realizadas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da PT:

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários e no artigo 14º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, presta-se a seguinte informação sobre transações de ações da PT e instrumentos financeiros com elas relacionadas, realizadas durante o ano 2014, por dirigentes da PT e pessoas com estes estreitamente relacionadas:

- I. A 21 de agosto de 2014, a PT informou que foi notificada acerca da seguinte transação relativa a instrumentos financeiros sobre ações da PT, realizada pela Ongoing– Strategy Investments, SGPS, S.A. (“Ongoing”):

| Natureza | Data | Local | Preço | Volume |
|---|---|-------------------------------------|---------------|--|
| Equity Swap Transaction (“Swap”), na modalidade de Total Return (TRS – Total Return Swap), com liquidação física no término do Swap (ou financeira, se a Ongoing assim optar) | Celebração a 12 de agosto de 2014 e com vigência até 12 de agosto de 2015 | Fora de mercado regulamentado (OTC) | Não aplicável | O ativo subjacente (o notional) do Swap são 22.560.000 ações da PT |

A PT foi ainda informada de que a presente comunicação resultou do facto de a Ongoing constituir uma entidade estritamente relacionada com os Srs. Administradores da PT Dr. Nuno Rocha dos Santos Almeida Vasconcellos e Dr. Rafael Mora Funes, que são igualmente administradores da Ongoing.

Em resultado desta transação, a Ongoing não passou a deter diretamente quaisquer ações da PT. Em todo o caso, a participação qualificada na PT imputável à Ongoing e outras entidades dominadas ou dominantes da Ongoing, incluindo as ações da PT detidas pelo Dr. Nuno Rocha dos Santos Almeida Vasconcellos.

- II. A 29 de julho de 2014, a PT informou que o Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) lhe comunicou que este e a Avistar, SGPS, S.A. (“Avistar”), sociedade integralmente detida pelo BES, procederam, no dia 16 de julho de 2014, à celebração de um acordo relativo à transmissão fora de mercado regulamentado, e ao preço de 1,83 euros por ação, de 90.000.000 ações ordinárias representativas de 10,04% do capital social da PT e dos correspondentes direitos de voto detidas pela Avistar, a favor do BES.

A PT foi ainda informada de que a presente obrigação de comunicação resulta do facto de, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários (“Cód. VM”), o BES e a Avistar serem consideradas pessoas estreitamente relacionadas com os Administradores Não Executivos da PT Joaquim Goes e Amílcar de Moraes Pires, desempenhando igualmente o último o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Avistar.

Ocorreram as seguintes alterações à composição dos Órgãos Sociais da PT SGPS, ao longo do exercício de 2015:

- Cessação de funções por renúncia de vogais do Conselho de Administração:
 - Francisco Teixeira Pereira Soares, em 27 de fevereiro de 2015
 - Paulo José Lopes Varela, em 16 de março de 2015
 - Luís Pacheco de Melo, em 18 de março de 2015
 - Maria Helena Vaz de Carvalho Nazaré, em 31 de março de 2015

- Designação, por cooptação, de vogais do Conselho de Administração:
 - João Manuel Pisco de Castro, em 17 de março de 2015

- Designação de novo representante para as relações com o mercado e a CMVM:
 - Luis Manuel da Costa de Sousa de Macedo, em 26 de janeiro de 2015



RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO DE 2014

1 – Introdução

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade, vem a Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Sociedade" ou "PT SGPS") emitir o seu relatório e dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas Individuais da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e sobre a correspondente proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

As demonstrações financeiras incluídas no Relatório e Contas Individuais referem-se à atividade da Sociedade a nível individual e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, conforme previstos no SNC - Sistema de Normalização Contabilística. Conforme exigido pela legislação aplicável, a Sociedade preparou também demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia, publicadas em separado.

2 – Atividades de fiscalização

No âmbito das suas competências enquanto órgão de fiscalização da Sociedade, em 2014, a Comissão de Auditoria acompanhou a gestão e a evolução dos negócios da Sociedade e o cumprimento das normas legais, regulamentares e contabilísticas aplicáveis e desenvolveu um conjunto de ações de fiscalização quanto à qualidade e integridade dos processos de elaboração e divulgação da informação financeira.

No decurso de 2014, e dada a sua especial relevância, a Comissão de Auditoria continuou a acompanhar o desenvolvimento do processo de combinação dos negócios da PT e da Oi, prevista realizar nos termos do Memorando de Entendimentos anunciado ao mercado em 02/10/2013, com as alterações decorrentes dos Contratos de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças e de Permuta e Outras Avenças, celebrados em 08/09/2014, e do Aditivo anunciado ao mercado em 31/03/2015, no qual as partes acordaram um novo modelo de estrutura societária e de governo da Oi, sendo de notar que aquela combinação de negócios foi entretanto posta em causa pela decisão da Oi de proceder à venda da PT Portugal, aprovada também pela Assembleia Geral da PT SGPS.

COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa - Portugal
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107

1


www.telecom.pt



Logo que a Comissão de Auditoria da PT SGPS tomou conhecimento da existência de aplicações financeiras significativas, por parte de várias empresas do Grupo PT, em instrumentos financeiros da Rio Forte Investments, S.A. (uma entidade do Grupo Espírito Santo), que vieram a entrar em incumprimento, a Comissão de Auditoria iniciou a análise deste assunto e emitiu três relatórios de conclusões dirigidos ao Conselho de Administração, datados, respetivamente, de 10/07, 25/07 e 05/08/2014; em resultado da discussão deste assunto, em 07/08/2014, o Conselho de Administração da PT SGPS decidiu contratar a PriceWaterhouseCoopers (PwC) para efetuar uma revisão independente dos procedimentos e atos relacionados com aquelas aplicações financeiras, tendo a Comissão de Auditoria acompanhado o desenvolvimento desses trabalhos. A síntese das conclusões destes trabalhos de revisão independente foi divulgada ao mercado em 08/01/2015.

Apesar de os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos implementados na PT se considerarem genericamente adequados, no que concerne à contratação de instrumentos representativos de dívida emitidos primeiro pela ESI e depois pela Rio Forte, os normativos em vigor no Grupo não foram suficientemente robustos para impedir essa contratação ou para determinar a sua sujeição a aprovação do Conselho de Administração com prévio controlo pela Comissão de Auditoria, ou ainda o seu adequado e completo reporte. O Conselho de Administração está a desenvolver um processo de revisão global das regras e estruturas de controlo interno, gestão de riscos e *whistleblowing* em vigor na Sociedade, procurando não apenas corrigir os referidos mecanismos por forma a impedir que a situação ocorrida se volte a verificar, mas também a adequá-los às novas particularidades da Sociedade, após o aumento de capital da Oi e as alterações, já atrás referidas, que foram introduzidas no projeto inicial de Combinação de Negócios.

No exercício de 2014, a Comissão de Auditoria emitiu 1 Parecer Prévio sobre a proposta de participação da PT SGPS no aumento de capital da Oi, a realizar mediante a entrada em espécie dos "Ativos PT", nos termos definidos na Ordem de Serviço n.º 111CA, de 23 de fevereiro de 2011.

Na sequência da renúncia às funções de Auditor Externo da PT SGPS para o exercício de 2014, apresentada pela Deloitte & Associados, SROC, SA em 18/12/2014, a Comissão de Auditoria adjudicou, em 07/01/2015, tais funções à KPMG & Associados, SROC, S.A., nos termos da correspondente proposta de prestação de serviços de 05/01/2015. Face à carta de 06/02/2015, em que a KPMG & Associados, SROC, S.A. informou a PT SGPS que não estava em condições de poder aceitar aquela

COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa - Portugal
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107

www.telecom.pt





incumbência, a Comissão de Auditoria continuou a desenvolver as diligências consideradas convenientes nas circunstâncias, tendo, em 16/03/2015, confirmado à BDO & Associados, SROC, Lda. a adjudicação dos trabalhos de auditoria integrada da PT SGPS para 2014, bem como de auditoria das correspondentes demonstrações financeiras estatutárias individuais e consolidadas.

Ao longo do exercício de 2014, a Comissão de Auditoria reuniu periodicamente com os responsáveis pela preparação do Relatório e Contas Individuais da Sociedade e das contas de subsidiárias relevantes, bem como com os Auditores Externos e o Revisor Oficial de Contas da Sociedade, com quem comentou a adequação dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados no fecho das contas e dos critérios adoptados na elaboração do relatório de gestão. Adicionalmente, a Comissão de Auditoria apreciou os termos da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e do Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, ambos sobre as referidas demonstrações financeiras individuais aprovadas pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Auditoria exerceu também as suas competências em matéria de supervisão das habilitações, independência e exercício de funções dos Auditores Externos e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade e de supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno e de gestão de riscos e da Função Auditoria Interna do Grupo PT, a qual se encontra certificada pelo IIA. Relativamente ao sistema de controlo interno, destaca-se a sua certificação em 2014 pelos anteriores Auditores Externos da Sociedade, por referência ao exercício de 2013, com base na metodologia definida pelo *COSO (Committee of Sponsoring Organizations)*, em conformidade com os requisitos definidos na *Section 404 do Sarbanes-Oxley Act*, encontrando-se ainda em curso idêntica revisão com referência a 31/12/2014.

Conforme previsto no n.º 5 do Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria verificou, ainda, que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no Artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários que são aplicáveis ao Grupo PT.

As atividades de fiscalização acima descritas serão tratadas mais pormenorizadamente no relatório de atividades da Comissão de Auditoria relativo ao exercício de 2014, a divulgar no *website* da Sociedade após a emissão do seu Parecer sobre a aprovação da inclusão das contas anuais consolidadas no *Form*

COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa - Portugal
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107



20-F do exercício de 2014, a entregar na *U.S. SEC*, com o qual se encerrarão os trabalhos da Comissão de Auditoria relativamente ao exercício de 2014.

3 - Parecer sobre o relatório e contas individuais relativos ao exercício de 2014 e a correspondente proposta de aplicação de resultados

Em face do exposto, é convicção da Comissão de Auditoria que:

1 - O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais da Portugal Telecom, SGPS, S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as quais compreendem o balanço e as demonstrações dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e respectivo anexo às demonstrações financeiras individuais, referentes ao exercício findo naquela data, estão de acordo com os princípios contabilísticos e as disposições legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa individuais da Portugal Telecom, SGPS, S.A., pelo que deverão ser aprovados pela Assembleia Geral Anual da PT SGPS; e,

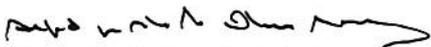
2 - A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração da Sociedade, e incluída no Relatório de Gestão do exercício de 2014, no sentido de que o resultado líquido negativo do exercício no montante de 175.082.979 Euros seja transferido para resultados transitados, deverá igualmente ser aprovada pela Assembleia Geral Anual da PT SGPS.

Lisboa, 30 de abril de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AUDITORIA


(José Guilherme Xavier de Basto)

OS VOGAIS


(Alfredo José Silva de Oliveira Baptista)


(Mário João de Matos Gomes)

COMISSÃO DE AUDITORIA

Portugal Telecom, SGPS S.A.

Av. Fontes Pereira de Melo, 40 1069-300 Lisboa - Portugal
Tel (+351) 21 500 1200 Fax (+351) 21 500 2107

www.telecom.pt



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa”) do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 1.218.237.770 Euros e um total do capital próprio de 1.152.501.003 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 175.082.979 Euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.

Sócios: Pedro Matos Silva, António Pires Caiado, João Paulo Ferreira, Luísa Maria Rebordão

Rua de Olivença, Edifício Topázio 11 - Sala 502 - 3000-306 Coimbra Telf.: 239 836 532 Fax: 239 836 937 E-mail: geral@sroc44.pt
R. Luciano Cordeiro, 113, 6º Esq. 1150-214 Lisboa Telf.: 213 522 176 Fax: 213 521 924 E-mail: ms.sroc.lx@netcado.pt



5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8. O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da componente significativa Oi, SA, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, datado de 25 de março de 2015, evidencia as seguintes Ênfases:

a) "Investimento na Unitel - O valor do investimento na Unitel, S.A., de R\$ 4.157 milhões em 31 de dezembro de 2014, o qual inclui os dividendos a receber desta entidade no montante de R\$ 944 milhões, foi determinado pela Administração com base em avaliação econômica e financeira efetuada de forma a refletir a melhor estimativa do seu valor justo. Chamamos a atenção para as incertezas divulgadas nas Notas Explicativas nº 1 e nº 28 às demonstrações financeiras uma vez que o valor de realização do referido investimento depende da concretização dos pressupostos assumidos na mencionada avaliação e quanto as condições de venda da participação na Unitel. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto."

b) "Operações descontinuadas - Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 28 às demonstrações financeiras, a qual descreve a conclusão da aprovação do Conselho de Administração da Oi S.A. dos termos e condições gerais para a venda da totalidade das ações da PT Portugal, SGPS, S.A. à Altice Portugal, S.A., uma subsidiária detida pela Altice, S.A. Esta decisão foi posteriormente aprovada em 22 de janeiro de



P. MATOS SILVA,
GARCIA JR., P. CAIADO
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

2015, em assembleia geral dos acionistas da Portugal Telecom, SGPS, S.A., sendo que a eficácia do contrato depende ainda da obtenção das autorizações concorrenciais necessárias, na forma da lei aplicável. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas uma perda por ajuste a valor justo, como operações descontinuadas, o montante de R\$ 4.164 milhões. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.”

9. O Relatório de revisão limitada emitido pelo então Auditor Externo sobre a informação semestral consolidada do semestre findo em 30 de junho de 2014, da Portugal Telecom, SGPS, S.A., datado de 29 de agosto de 2014, evidenciava uma reserva por incertezas, relativa ao desfecho e conseqüente impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas, relacionadas, fundamentalmente, com a evolução do valor de cotação em Bolsa da componente significativa Oi, SA, e com o incumprimento no reembolso dos títulos de dívida emitidos pela Rio Forte Investments, SA, contribuídos no aumento de capital da Oi, SA. Em 31 de Dezembro de 2014, a evolução do valor de cotação em Bolsa da Oi, SA, e a estimativa da quantia recuperável dos títulos de dívida emitidos pela Rio Forte Investments, SA, foram levadas em consideração na preparação das presentes demonstrações financeiras individuais referentes a essa data, nos termos descritos no Relatório de Gestão e nas notas 1, 7.1, 7.2 e 15 do anexo às demonstrações financeiras individuais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e que o relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 30 de Abril de 2015

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por

João Paulo Raimundo Henriques Ferreira (ROC nº 851)

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da Portugal Telecom, SGPS, SA (adiante também designada por Empresa), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 1 218 237 770 euros e um total de Capital próprio de 1 152 501 003 euros, incluindo um Resultado líquido negativo de 175 082 979 euros), na Demonstração dos resultados por naturezas, na Demonstração das alterações no capital próprio, na Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e no correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, sendo que a verificação da aplicação do método da equivalência patrimonial compreendeu a revisão do exame das demonstrações financeiras da componente significativa Oi, SA, realizado por outros auditores; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Portugal Telecom, SGPS, SA, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Ênfases

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1. O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 da componente significativa Oi, SA, datado de 25 de março de 2015, evidencia as seguintes ênfases:

8.1.1. *" Investimento na Unitel - O valor do investimento na Unitel, S.A., de R\$ 4.157 milhões em 31 de dezembro de 2014, o qual inclui os dividendos a receber desta entidade no montante de R\$ 944 milhões, foi determinado pela Administração com base em avaliação econômica e financeira efetuada de forma a refletir a melhor estimativa do seu valor justo. Chamamos a atenção para as incertezas divulgadas nas Notas Explicativas nº 1 e nº 28 às demonstrações financeiras uma vez que o valor de realização do referido investimento depende da concretização dos pressupostos assumidos na mencionada avaliação e quanto as condições de venda da participação na Unitel. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto."*

8.1.2. *" Operações descontinuadas - Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 28 às demonstrações financeiras, a qual descreve a conclusão da aprovação do Conselho de Administração da Oi S.A. dos termos e condições gerais para a venda da totalidade das ações da PT Portugal, SGPS, S.A. à Altice Portugal, S.A., uma subsidiária detida pela Altice, S.A. Esta decisão foi posteriormente aprovada em 22 de janeiro de 2015, em assembleia geral dos acionistas da Portugal Telecom, SGPS, S.A., sendo que a eficácia do contrato depende ainda da obtenção das autorizações concorrenciais necessárias, na forma da lei aplicável. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas uma perda por ajuste a valor justo, como operações descontinuadas, o montante de R\$ 4.164 milhões. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto"*.

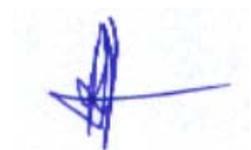
8.2. A nossa nomeação ocorreu em meados de março de 2015. A informação financeira individual do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da Portugal Telecom, SGPS, SA, foi examinada por outro auditor registado na CMVM, cujo relatório de auditoria, datado de 24 de março de 2014, emitido sem reservas, evidenciava uma ênfase sobre a natureza das contas individuais.

8.3. O Relatório de revisão limitada elaborado por outro auditor registado na CMVM sobre informação semestral consolidada do semestre findo em 30 de junho de 2014, da Portugal Telecom, SGPS, SA, datado de 29 de agosto de 2014, evidenciava uma reserva por incertezas, relativamente ao desfecho e conseqüente impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas, relacionadas fundamentalmente com a evolução do valor de cotação em Bolsa da componente significativa Oi, SA, e com o incumprimento no reembolso dos títulos de dívida emitidos pela Rio Forte Investments, SA, contribuídos no aumento de capital da Oi, SA. Em 31 de dezembro de 2014, a evolução do valor de cotação em Bolsa da Oi, SA, e a estimativa da quantia recuperável dos títulos de dívida emitidos pela Rio Forte Investments, SA, foram levadas em consideração na preparação das presentes demonstrações financeiras referentes a essa data, nos termos descritos no Relatório de Gestão e nas notas 1, 7.1, 7.2 e 15 do Anexo.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do Governo da Sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 30 de abril de 2015



Rui Carlos Lourenço Helena, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.
(inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 1122)